



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Edital

## AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023 – SEDS/GO

Processo nº: 202310319003339

Objeto: Aquisição e instalação de reservatórios metálicos de água potável com capacidade para 50.000L para atender as demandas dos Centros de Atendimento Socioeducativo de Goiânia e Luziânia, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Participação: Exclusiva para ME/EPP.

Modalidade/Forma: Pregão Eletrônico.

Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.

Data e horário da sessão de abertura: 18 de outubro de 2023, às 09h20 horário de Brasília.

Local (sítio): [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br)

Fonte: Recurso Estadual - PROTEGE

Edital: Poderá ser obtido no sítio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social [www.social.go.gov.br](http://www.social.go.gov.br) ou no sítio [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br).

Informações sobre o edital: Gerência de Compras Governamentais – [licitacao.seds@goias.gov.br](mailto:licitacao.seds@goias.gov.br).

Goiânia, 02 de outubro de 2023

**Thiago Mendonça Valadão**

Pregoeiro

## EDITAL DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023

O ESTADO DE GOIÁS, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social - SEDS, localizada na Rua 82, Nº 332, Bloco D, 1º Andar, Centro, CEP: 74.003-010, Goiânia, GO, telefone: (62) 3201-5342, sítio [www.social.go.gov.br](http://www.social.go.gov.br), inscrita no CNPJ sob o nº 08.876.217/0001-71, representado por seu Secretário, **Dr. WELLINGTON MATOS DE LIMA**, brasileiro, CPF sob o nº. 372.182.201-34, residente domiciliado nesta capital, por intermédio de seu pregoeiro e equipe de apoio, designados pela Portaria nº 205/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 24.083, de 18/07/2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo menor preço por item, em sessão pública eletrônica, através do site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), relativo ao Processo nº 202310319003339, nos termos dos Decretos Estaduais nº 9.666/2020 e nº 7.466/2011, da Lei Estadual nº 17.928/2012, da Lei Federal Complementar nº 123/2006, e das Leis Federais nº 10.520/2002, e, subsidiariamente, nº 8.666/1993 e suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

#### SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO LOCAL, DATA E HORA
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. DO CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET GOIÁS
5. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6. DA SESSÃO DO PREGÃO
7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
8. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
9. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
10. DOS RECURSOS
11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
12. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
13. DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA
14. CONDIÇÕES DE GARANTIA

15. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
16. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO
17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
18. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO
19. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
20. DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
22. DOS ANEXOS

### 1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição e instalação de reservatórios metálicos de água potável com capacidade para 50.000L para atender as demandas dos Centros de Atendimento Socioeducativo de Goiânia e Luziânia, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. Nenhum item será adjudicado acima do valor estimado no termo de referência (Anexo I), o qual poderá ser revisto através de impugnação fundamentada nas condições e nos prazos previstos neste edital.

### 2. DO LOCAL, DATA E HORA

- 2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através do site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), no dia 18/10/2023 a partir das 09h, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 2.2. As Propostas Comerciais e os documentos de habilitação (que permanecerão ocultos até o final da fase de lances) deverão ser encaminhadas de forma eletrônica, através do site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), no período compreendido entre às 08h do dia 03/10/2023, data da publicação no Diário Oficial do Estado – DOE, e às 09h do dia 18/10/2023.
  - 2.2.1. A proposta deverá ser cadastrada informando o valor unitário do item.
- 2.3. A fase competitiva (lances) terá início previsto para o dia 18/10/2023 às 09h20. **O modo de disputa será o ABERTO** com duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período.
  - 2.3.1. A prorrogação automática da etapa competitiva **será do tipo 2+2** e ocorrerá sucessivamente desde que haja lances ofertados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 2.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 2.5. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 2.6. **Os avisos que o Pregoeiro julgar necessários, serão publicados no sistema ComprasNet.GO.**

### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão as empresas:
  - a) do ramo de atividade pertinente ao seu objeto, legalmente constituídas e que atendam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
  - b) que possuam o cadastro obrigatório (Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pelo CADFOR – Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado, com status “homologado”). O licitante vencedor que se valer de outros cadastros para participar de pregão por meio eletrônico deverá providenciar sua inscrição junto ao CADFOR, como condição obrigatória para a sua contratação;
  - c) que, previamente, realizem o credenciamento junto ao ComprasNet.GO.
  - d) que atendam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
  - e) que sejam enquadradas como ME/EPP ou as assim consideradas nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 3.2. A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação de login e senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta Comercial em data e horário previstos neste Edital, exclusivamente por meio eletrônico.
- 3.3. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas no Edital.
- 3.4. É vedada a participação de empresa:
  - 3.4.1. Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação. (Acórdão nº 8.271/2011, da 2ª Câmara do TCU).
    - 3.4.1.1. É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993.
    - 3.4.2. Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93.
    - 3.4.3. Que esteja suspensa de licitar junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado – CADFOR.
    - 3.4.4. Que esteja reunida em consórcio ou, ainda, seja controladora, coligada ou subsidiária com outra empresa licitante, qualquer que seja sua forma de conglomeração, pois a aquisição pretendida nesta licitação é comum, podendo ser fornecida por diversas empresas de forma isolada, não se justificando a permissão de consórcio em homenagem ao princípio da competitividade, aumentando, conseqüentemente, o universo de participantes.
    - 3.4.5. De acordo com o Art. 9º da Lei 8.666/93, não poderá participar da licitação, direta ou indiretamente: I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; II- empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; IV- Aplica-se o disposto no item 3.4.5 aos membros da Comissão de Licitação, ao pregoeiro e à equipe de apoio.
    - 3.4.6. É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso I do item 4.4.5, *supra*, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

**3.4.7.** Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

**3.4.8.** Que não se enquadram como ME/EPP ou as assim consideradas nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

**3.5.** O Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros (Instrução Técnica Conclusiva Nº 23/2022 – SERV-EDITAIS – TCE/GO):

a) CADFOR (<https://cadfor.sistemas.go.gov.br/paginas/fornecedor/FornecedoresImpedidos.aspx>);

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**3.5.1.** Constatada a existência de sanção, e a consequente falta de condição de participação do licitante, o Pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os demais licitantes, nos termos do §4º do art. 44 do Decreto Estadual nº 9.666/2020.

**3.5.** Serão adotados procedimentos de consulta ao Portal da Transparência Estadual e ao sistema SIOFI a fim de verificar se o somatório dos valores das ordens de pagamento recebidas por licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar que tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, ultrapassem, no exercício anterior, os limites previstos no artigo 3º, incisos I II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado, sendo que a consulta também deverá abranger o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006;

**3.6.** As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a SEDS não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**3.7.** Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo terceiro da referida Lei.

**3.7.1.** A falsa declaração ou a não apresentação da documentação comprobatória quando solicitada, implicará na abertura de processo administrativo e consequente aplicação das sanções cabíveis.

**3.8.** Para usufruir dos benefícios estabelecidos no Decreto Estadual nº 7.466/2011, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar-se como tal, devendo apresentar certidão, que ateste o enquadramento, expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio [www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional](http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional), podendo ser confrontado com as peças contábeis, como Demonstrativo de Resultados do Exercício ou documento equivalente, apresentadas ao certame licitatório.

**3.8.1.** O próprio sistema disponibilizará a licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte. A não manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei supramencionada.

**3.9. A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.**

#### **4. DO CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET GOIÁS**

##### **DO CREDENCIAMENTO**

**4.1.** O acesso ao credenciamento se dará às licitantes com cadastro homologado pelo Cadastro Unificado do Estado – CADFOR da Superintendência de Suprimentos e Logística da SEAD ou à licitante com cadastro simplificado, caso a licitante pretenda utilizar-se de outros cadastros, em atendimento a Instrução Normativa nº 04/2011, da SEGPLAN, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

"Art. 10. (...) § 3º Em caso do licitante pretender utilizar-se de outros cadastros que atendam a legislação pertinente para participar do Pregão Eletrônico, efetuará seu credenciamento de forma simplificada junto ao CADFOR, caso em que ficará dispensado de apresentar toda a documentação abrangida pelo referido cadastro, mediante a apresentação do mesmo ao CADFOR e terá registrado apenas a condição de "credenciado".

**4.1.1.** Para cadastramento, renovação cadastral e regularização, o interessado deverá atender a todas as exigências do Cadastro Unificado do Estado - CADFOR da Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística da SEAD até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de registro das propostas. A relação de documentos para cadastramento está disponível no site: [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br).

**4.1.2.** Não havendo pendências documentais será emitido o CRC - Certificado de Registro Cadastral pelo CADFOR, no prazo de **04 (quatro) dias úteis** contados do recebimento da documentação.

**4.1.3.** A simples inscrição do pré-cadastro no sistema ComprasNet.GO não dará direito à licitante de credenciar-se para participar deste pregão em razão do bloqueio inicial da sua senha.

**4.1.4.** O desbloqueio do login e da senha do fornecedor será realizado após a homologação do cadastro da licitante.

**4.1.5.** A licitante com status "credenciado" deverá encaminhar todos os documentos de habilitação via sistema ComprasNet.GO e, caso, após a fase da disputa de lances, tenha a melhor oferta, terá os documentos encaminhados eletronicamente ao CADFOR para homologação do seu cadastro.

**4.2.** Os interessados que estiverem com o cadastro homologado ou "credenciados" (conforme item 4.1) deverão credenciar-se pelo site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), opção "login do FORNECEDOR", conforme instruções nele contidas.

**4.3.** O credenciamento dar-se-á de forma eletrônica por meio da atribuição de chave de identificação ou senha individual.

**4.4.** O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências;

**4.5.** O credenciamento do usuário implica sua responsabilidade legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico. O licitante deverá preencher o formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do sistema, de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação previstas no Edital.

**4.6.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a SEDS, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.7.** As informações complementares para cadastro e credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones (62) 3201-8744 / (62) 3201-8746 / (62) 98304-9641 e para operação no sistema ComprasNet Goiás pelo telefone (62) 3201-8752 / (62) 3201-8796.

**4.8.** Incumbirá à licitante providenciar seu acesso para **Assinatura Digital de Documentos e Processos (usuário externo)** pelo site: <http://sei.goias.gov.br/>, pelos telefones (62) 3201-5723, (62) 3201-5127, e-mail: [sei@goias.gov.br](mailto:sei@goias.gov.br), horário de atendimento das 8h às 12h e das 14h às 18h.

## **DO CADASTRAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET GOIÁS**

4.9. O licitante deverá cadastrar, exclusivamente por meio do sistema [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), juntamente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço do item, até a data e o horário estabelecidos no item 2.2 deste Edital.

4.9.1. Concluída a fase de credenciamento, as licitantes registrarão suas propostas. Só será aceita uma proposta para cada licitante e, ao término do prazo estipulado para a fase de registro de propostas, o sistema automaticamente bloqueará o envio de novas propostas.

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **DO ENVIO DA PROPOSTA**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, preço e marca do item, até a data e o horário estabelecidos no item 2.2 deste Edital, conforme art. 26 do Decreto Estadual Nº 9.666/2020.

5.2. Só será aceita uma proposta por item para cada licitante e, ao término do prazo estipulado para a fase de registro de propostas, o sistema automaticamente bloqueará o envio de novas propostas.

5.3. A Proposta Comercial deverá ser formulada e enviada, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, **indicando o valor unitário** do item. A disputa na fase de lances será feita pelo **valor total do item**, e o ônus de comprovação de sua exequibilidade caberá exclusivamente à licitante, caso solicitado pelo Pregoeiro.

5.3.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública. Ao término desse prazo, definido no item 2.2, não haverá possibilidade de exclusão/alteração das propostas, as quais serão analisadas conforme definido no edital.

5.4. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.5. O licitante é responsável pelo ônus da perda de negócios resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6. As propostas deverão atender as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

5.7. Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos, bem como todos os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento das exigências do Edital e seus anexos. Entretanto, as empresas enquadradas no regime normal de tributação (empresas não optantes do simples), estabelecidas em Goiás, deverão registrar a proposta com preços desonerados do ICMS conforme disposições do Art. 6º, Inc. XCI do Anexo IX (DOS BENEFÍCIOS FISCAIS) do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás – RCTE, que concede isenção de ICMS na operação e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas fundações e autarquias, ficando mantido o crédito, observado, dentre outras coisas, à transferência do valor correspondente ao ICMS ao adquirente mediante a redução do preço do bem, mercadoria e serviço, devendo a redução ser demonstrada no documento fiscal.

5.7.1. Por determinação da Procuradoria-Geral do Estado através de seu Despacho “AG” nº 001203/2013, para as empresas estabelecidas em Goiás, isentas do ICMS, conforme item acima, as propostas comerciais, enviadas pelas empresas detentoras das melhores ofertas após a fase de lances, deverão conter, obrigatoriamente, além do preço normal de mercado dos produtos ou serviços ofertados (valor bruto), o preço resultante da isenção do ICMS conferida (valor líquido), que deverá ser o preço considerado como base de julgamento. O valor líquido será aquele registrado no sistema ComprasNet Goiás, de acordo com determinação do item 2.2 deste edital, e será considerado como base para etapa de lances. O valor bruto (com ICMS) servirá apenas para efeito de análise do desconto concedido e para que as ordens de fornecimento possam apresentar os dois valores, facilitando a execução do contrato ou instrumento equivalente.

5.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.

5.9. A licitante detentora da melhor oferta, após a fase de lances, deverá enviar a proposta comercial ajustada, pelo sistema ComprasNet.GO, em formato PDF, limitado o tamanho em 10Mb, no prazo de **02 (duas) horas** após o encerramento da fase de lances, devendo conter:

a) nome da empresa, CNPJ, endereço, telefone, nº da conta-corrente, banco, nº da agência, nome do responsável;

b) nº do pregão;

c) preço em Real, unitário e total **com no máximo duas casas decimais**, onde deverá estar inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza, e os demais custos diretos e indiretos. O preço apresentado deverá ser aquele resultante da fase de lances ou negociação com o pregoeiro;

d) objeto ofertado, consoante exigências editalícias e com a quantidade licitada;

e) prazo de validade da proposta de **90 (noventa) dias**, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico. Caso não apresente prazo de validade será este considerado;

f) data e assinatura do responsável;

g) valores readequados ao valor ofertado e registrado como de melhor lance.

h) apresentar, caso seja necessário, procuração particular com firma reconhecida ou procuração pública, em nome do representante legal, outorgando poderes para formular ofertas, lances de preços, assumir obrigações, financeiras, e praticar todos os demais atos pertinentes a este certame em nome da licitante.

i) cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração do documento pessoal do sócio ou representante legal da licitante.

5.10. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar também, conforme exigência do art. 10 do Decreto Estadual nº 7.466/2011, certidão que ateste o enquadramento expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio [www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional](http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional), podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório.

### **DO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.11. A licitante deverá enviar, via Sistema, os documentos de habilitação, no prazo estabelecido no item 2.2, que deverão atender obrigatoriamente às seguintes exigências, sob pena de inabilitação:

5.11.1. Apresentar os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, regularidade previdenciária e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, elencados no item 8 deste Edital, e poderão ser demonstrados por meio de cadastro obrigatório (certificado de registro cadastral emitido pelo CADFOR ou certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral). O Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado – CADFOR da SEAD, poderá ser impresso pelo pregoeiro para averiguação da conformidade exigida.

5.11.1.1. Caso o CRC apresente “status irregular”, a documentação atualizada deverá ser enviada concomitantemente.

5.11.1.2. O licitante vencedor que se valer de outros cadastros para participar de pregão por meio eletrônico deverá providenciar sua inscrição junto ao CADFOR, como condição obrigatória para sua contratação.

**5.11.2.** Apresentar para fins de qualificação técnica os documentos elencados no item 8.5 deste Edital.

**5.11.3.** Apresentar as seguintes declarações, firmadas por quem de direito:

**5.11.3.1.** Atestando que a proponente tem conhecimento e acata todos os termos deste Edital.

**5.11.3.2.** Informando que os produtos descritos em sua proposta atendem na totalidade às especificações e condições mínimas descritas no Termo de Referência – ANEXO I, conforme modelo constante no ANEXO III.

**5.11.3.2.1.** Dispensa-se a declaração constante do item 5.11.3.2, caso a especificação dos serviços constantes da proposta da empresa licitante seja a reprodução fiel da especificação presente no ANEXO I deste edital, sem qualquer omissão, acréscimo ou qualquer outro elemento que a torne distinta do disposto neste instrumento convocatório.

**5.11.3.3.** Informando que a empresa não está suspensa ou impedida de contratar ou proibida de licitar ou declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Distrital, Estadual ou Municipal e de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n. 9.854/99), conforme modelo do Anexo III.

**5.12.** Quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro deverá publicar novo aviso de pregão e estabelecer outra data, para o recebimento de novas propostas, conforme artigo 43, XVIII do Decreto Estadual nº 9.666/2020.

**5.13.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h às 16h.

**5.13.1.** O licitante deverá emitir **DECLARAÇÃO DE VISTORIA AO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**, conforme modelo do Anexo IV deste edital, assinada pelo **representante legal** da empresa licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do serviço, e juntada à proposta de preços.

**5.13.2.** Caso o licitante opte pela não realização da Vistoria, deverá emitir a **DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA AO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**, conforme modelo do Anexo V deste Edital.

**5.13.2.1.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**5.14.** A vistoria poderá ser agendada com a Coordenação de cada Unidade Socioeducativa, conforme dados abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO	CONTATO
CASE Goiânia	Avenida Moisés Augusto Santana, Lote 01/21, Conjunto Vera Cruz, Goiânia - GO	Responsável: Ângelo - Coordenador Geral Telefone: (62) 98301-4952
CASE Luziânia	Rua Epaminondas Roriz, nº 100, Setor Fumal, Luziânia - GO	Responsável: Marleide - Coordenadora Geral Telefone: (61) 99115-2951

**5.15.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**5.16.** Para a vistoria a licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**5.17.** A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 6. DA SESSÃO DO PREGÃO

**6.1.** O pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e horário previstos neste edital.

**6.2.** Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro;

**6.3.** O Pregoeiro realizará a análise preliminar das propostas registradas e dos documentos de habilitação (a documentação habilitatória deve ser apresentada juntamente com a proposta), em estrita conformidade com os termos e exigências editalícias.

**6.3.1.** O pregoeiro, após a fase de lances, verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**6.3.2.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.3.3.** Em seguida, no horário marcado será dado início à fase de lances através do sistema eletrônico, observada as regras de aceitação. Todas as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**6.4.** Durante o transcurso da sessão pública eletrônica às licitantes serão informadas, em tempo real, as mensagens trocadas no *chat* do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelas licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.

**6.5.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, **pelo valor do item**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**6.5.1.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, obedecendo o **intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances que deverá ser de R\$ 1,00 (um real)** que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**6.5.2.** O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pela mesma licitante, ou que estejam fora do intervalo mínimo fixado.

**6.5.3.** O modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no inciso I art. 31 do Decreto Estadual n.º 9.666/202, com prorrogações automáticas do tipo 2+2 e será da seguinte forma:

**6.5.3.1.** A etapa de envio de lances na sessão pública durará (10) dez minutos, sendo que, caso haja lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do referido período, a disputa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema.

**6.5.3.2.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances ocorrerá sucessivamente sempre que houverem lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**6.6.** Não serão aceitos, para o mesmo item, 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.

**6.7.** Caso a licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.

**6.8.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

**6.9.** A fase de lances terá duas etapas:

**6.9.1.** A primeira, com tempo de duração definido no item 2.3, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema aos licitantes; a segunda etapa transcorrerá no sistema de prorrogação automática 2+2, onde, a cada lance registrado, o sistema abre a contagem de 02 (dois) minutos para novos lances. Caso não seja registrado nenhum novo lance neste prazo, será automaticamente encerrada a recepção de lances;

**6.10.** Após encerradas as operações referidas no item acima, o sistema ficará impedido de receber novos lances.

**6.11.** O pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

**6.12.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

**6.13.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.9.1, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**6.14.** Serão adotados procedimentos de consulta ao Portal da Transparência Estadual e ao sistema SIOFI a fim de verificar se o somatório dos valores das ordens de pagamento recebidas por licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar que tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, ultrapassem, no exercício anterior, os limites previstos no artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado, sendo que a consulta também deverá abranger o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006;

**6.15.** Caso a licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.

**6.16.** Após a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

**6.17.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.18.** Caso a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes.

**6.19.** Quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro deverá publicar novo aviso de pregão e estabelecer outra data, para o recebimento de novas propostas.

## 7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**7.1.** O critério de julgamento é baseado no **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**7.2.** Considerar-se-á vencedora aquela licitante que:

**7.2.1.** Cuja proposta tiver sido aceita, estiver de acordo com as especificações e exigências deste Edital e seus anexos,

**7.2.2.** Tiver ofertado o menor preço, aferido após a fase de lances e aplicação dos critérios de desempate da Lei Complementar nº 123/2006, seguidos do § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666;

**7.3.** Declarado o encerramento da etapa competitiva, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta classificada, quanto ao objeto e valor e negociará com o licitante, efetuando uma contraproposta.

**7.4.** Caso não se realizem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço com as exigências do edital.

**7.5.** Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, poderá ela ser aceita, devendo o pregoeiro negociar, visando obter preço melhor.

**7.6.** Sendo aceitável a oferta de menor preço, o pregoeiro solicitará envio de proposta comercial atualizada, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, analisará a documentação de habilitação enviada por meio do sistema ComprasNet.GO, nos termos do item 2.2.

**7.7.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, eles deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo estabelecido no item 7.6, após a solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

**7.7.1.** A critério do Pregoeiro, o prazo constante do item 7.6 poderá ser prorrogado.

**7.7.2.** A verificação da situação de regularidade da licitante pela equipe de apoio do certame, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constituem-se meio legal de prova. Tal verificação tem finalidade complementar de constatação e não substitui a sua obrigação de envio completo de toda a documentação de habilitação.

**7.8.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.

**7.9.** Se a oferta não for aceita ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, salvo na situação prevista no item 7.7, o pregoeiro restabelecerá a etapa competitiva de lances entre os licitantes (Art. 44, §4º do Decreto Estadual nº 9.666/20).

**7.10.** Serão desclassificadas as propostas que:

a) Forem elaboradas em desacordo com as exigências do edital e seus anexos;

b) Apresentarem preços irrisórios, simbólicos ou abusivos, ou seja, as que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores ao preço de mercado, de conformidade, subsidiariamente com os Arts. 43, inciso IV, 44, parágrafo 3º e 48, incisos I e II da Lei 8.666/93;

b) 1 - Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.

c) Apresentarem propostas alternativas tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada nas propostas das demais licitantes.

**7.11.** Caso ocorrer desclassificação ou inabilitação por responsabilidade exclusiva da licitante, ela poderá sofrer as sanções previstas neste edital.

**7.12.** Da sessão pública do pregão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no *site* [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br).

**7.13.** Havendo empate, no caso de todas licitantes desistirem da fase de lances e se negarem a negociar com o pregoeiro, serão utilizados para fins de desempate os seguintes critérios:

1º) o disposto no § 2º do Art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93;

2º) sorteio, realizado pelo sistema ComprasNet.GO, nos termos do parágrafo único do art. 37 do Decreto Estadual nº 9.666/20.

**7.14.** Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de **08 (oito) dias úteis** para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas no art. 48 e parágrafos da Lei n. 8.666/93.

**7.15.** O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para a habilitação e a classificação, observado o disposto na Lei nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001.

**7.15.1** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com no mínimo **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**7.16.** O Pregoeiro poderá solicitar o envio das vias originais ou cópias autenticadas da documentação e proposta, que deverão ser encaminhados ao Pregoeiro em no máximo de **05 (cinco) dias úteis** após a data de solicitação.

**7.17.** Os documentos originais da Proposta Comercial e dos Documentos de Habilitação, quando solicitados, deverão ser enviados em envelope fechado e lacrado contendo os dizeres abaixo descritos no seguinte endereço: Pça. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 332, Bloco D, 1º Andar, Setor Central – Goiânia/GO, CEP.74.003-010.

#### **“PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”**

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

PROCESSO Nº 202310319003339

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 025/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO

(Razão Social da licitante e CNPJ)

**7.18.** Os documentos extraídos via internet terão seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

**7.19.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

### **8. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

O licitante deverá enviar nos termos do item 5.11 e nas conformidades exigidas neste certame a documentação abaixo relacionada, sendo que o Certificado de Registro Cadastral - CRC emitido pelo CADFOR (SEAD) poderá ser apresentado em substituição aos documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira. O CRC deverá estar dentro do prazo de validade com status homologado. Caso o CRC apresente “status irregular”, a documentação atualizada deverá ser enviada concomitantemente.

#### **8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**8.1.1.** Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

**8.1.2.** Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores, ou;

**8.1.3.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

**8.1.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **8.2. REGULARIDADE FISCAL:**

**8.2.1.** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

**8.2.2.** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.2.3.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante.

**8.2.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual perante o Estado de Goiás, se sediado em outra Unidade da Federação ([www.sefaz.go.gov.br](http://www.sefaz.go.gov.br)) (Art. 88 da Lei Estadual Nº 17.928/2012).

**8.2.5.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

**8.2.6.** Comprovação de inexistência de registro em desfavor da empresa vencedora no CADIN ESTADUAL, conforme exigência legal (Art. 6º inc. I da Lei Estadual nº 19.754/17).

**8.2.7.** A licitante devidamente enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações deverá apresentar todos os documentos relativos à regularidade fiscal, mesmo que ainda existam pendências.

**8.2.7.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**8.2.7.2.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 50 do Regulamento do Decreto Estadual Nº 9.666/2020, devendo a Administração restabelecer a fase competitiva entre os licitantes remanescentes, através da função repregoar.

**8.2.8.** Todos os documentos deverão estar com prazo vigente e para as certidões que não mencionarem prazo de validade, considerar-se-á o prazo de **90 (noventa) dias** contados da data de sua expedição. Caso exista norma específica estipulando a validade do documento, cópia desta deverá acompanhá-lo.

**8.2.9.** Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal deverá ser de ambas (deliberação da Procuradoria Geral do Estado através de seu Despacho “AG” nº 001930/2008).

#### **8.3. REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA:**

**8.3.1.** Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal ([www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)) ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;

**8.3.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Contribuições Previdenciárias – Certidão Negativa de Regularidade Fiscal RFB/PGFN (<http://receita.economia.gov.br/>);

**8.3.3.** Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita via eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho ([www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br)).

#### **8.4 . QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**8.4.1.** Certidão Negativa de Falência ou Recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física.

**8.4.1.1.** Em caso de apresentação de Certidão positiva de Recuperação Judicial, a empresa em recuperação deverá apresentar o plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 2005.

**8.4.1.1.1.** O mero despacho de processamento do pedido de recuperação judicial, com base no art. 52 da Lei nº 11.101/2005, não demonstra que a empresa em recuperação possua viabilidade econômico-financeira.

**8.4.1.1.2.** A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos para a habilitação econômico-financeira

**8.4.1.2.** Não havendo prazo de validade na certidão só será aceita com data de emissão não superior a **90 (noventa) dias** corridos. Caso exista norma específica estipulando a validade do documento, cópia desta deverá acompanhá-lo.

**8.4.2.** Cópia autenticada ou Extrato de Balanço Patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**8.4.2.1.** O referido balanço quando escriturado em forma não digital deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

**8.4.2.2.** O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de "Recibo de entrega de livro digital". Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

**8.4.2.3.** Quando Sociedade Anônima- S.A, o balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou vir acompanhado de Certidão da Junta Comercial que ateste o arquivamento da ata da Assembleia Geral Ordinária de aprovação do Balanço Patrimonial, conforme prevê o §5º do artigo 134, da Lei nº 6.404/76.

**8.4.3.** A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, e deverá, obrigatoriamente, ser formulada, formalizada e apresentada pela empresa proponente em papel timbrado da empresa, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

$$ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) \geq 1$$

$$ILC = (AC) / (PC) \geq 1$$

$$ISG = AT / (PC+ELP) \geq 1$$

Onde:

ILG = índice de liquidez geral

ILC = índice de liquidez corrente

ISG = índice de solvência geral

AT = ativo total

AC = ativo circulante

RLP = realizável em longo prazo

PC = passivo circulante

ELP = exigível em longo prazo

PL = patrimônio líquido

**8.4.3.1.** A(s) licitante(s) que apresentar(em) resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados no subitem anterior, quando de sua habilitação, estará(ão) inabilitada(s), exceto se comprovar(em) capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação que estará(ão) dispensada(s) de apresentação dos referidos índices.

**8.4.4.** As Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou as assim consideradas nos termos do art.3º, da Lei Complementar Nº 123 e suas alterações, ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar os documentos solicitados nos itens 8.4.2 e 8.4.3 do edital, exceto quando os mesmos constarem no Certificado de Registro Cadastral (CRC).

**8.4.5.** Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando-se o exigido nos itens 8.4. 2 e 8.4.3.

#### **8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**8.5.** A Contratada deverá apresentar:

**8.5.1.** Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, atualizado, da empresa e de seu(s) Responsável(eis) Técnico(s);

**8.5.2.** Comprovação de vínculo profissional do responsável técnico com a empresa;

**8.5.2.1.** A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho.

**8.5.3.** A licitante deverá apresentar para fins de qualificação técnica, no mínimo **01 (um) atestado/declaração** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já prestou ou está prestando, **satisfatoriamente**, o objeto desta licitação (item 02 do Termo de Referência). O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante e o nome do responsável pelo mesmo que ateste haver a licitante prestado ou estar prestando serviços compatíveis ou equivalente. (Poderão ser feitas diligências no sentido de atestar a veracidade dos atestados apresentados).

**8.6.** Na forma do Decreto Estadual nº 7.804 de 20 de fevereiro de 2013, em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte que venha a vencer o certame, a apresentação do balanço patrimonial do último exercício social.

**8.7.** Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

**8.8.** Serão inabilitadas as empresas licitantes que não satisfizerem os requisitos de habilitação previstos neste edital.

**9. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

**9.1.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**9.2.** A licitante detentora da melhor oferta, deverá atender, obrigatoriamente, às exigências enumeradas no item 5.11 deste Edital, sob pena de inabilitação.

**9.3.** Se a documentação de habilitação não atender às exigências deste Edital, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada, estando a licitante sujeita às penalidades cabíveis.

**9.4.** Às Microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento a Lei Complementar nº 155/2016, que possuam alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**9.4.1.** O tratamento favorecido previsto no item 9.4 somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte tiverem enviado toda a documentação fiscal e trabalhista exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

**9.4.2.** O motivo da irregularidade fiscal e trabalhista pendente será registrado pelo Pregoeiro em ata, com a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

**9.4.3.** A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 50 do Regulamento do Decreto Estadual Nº 9.666/2020, devendo a Administração restabelecer a fase competitiva entre os licitantes remanescentes, através da função repregoar, ou revogar a licitação.

**9.5.** Na hipótese de a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para a habilitação, salvo na situação prevista no item 9.4, o **Pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes.**

**9.6.** Caso ocorrer desclassificação ou inabilitação por responsabilidade exclusiva da licitante, a mesma poderá sofrer as sanções previstas neste edital.

**9.7.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.

**9.8.** Da sessão pública do Pregão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br).

**10. DOS RECURSOS**

**10.1.** Declarada a vencedora ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão do pregoeiro, com o registro da síntese de suas razões em campo próprio definido pelo sistema eletrônico ComprasNet.GO.

**10.2.** A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

**10.3.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso.

**10.4.** Será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões à licitante que manifestar intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do sistema eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, se quiserem, através de formulário próprio do sistema eletrônico, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo da recorrente, nos termos do art. 109, da Lei nacional nº 8.666 de 1993.

**10.5.** Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pelo *chat*, correios ou entregue pessoalmente.

**10.6.** O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade competente para apreciá-los serão realizados pelo pregoeiro no prazo de até **3 (três) dias úteis**, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo. O encaminhamento à autoridade superior se dará apenas se o pregoeiro, justificadamente, não reformar sua decisão. A autoridade competente terá o prazo de até **3 (três) dias úteis**, dias úteis para decidir o recurso, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo, devidamente comprovado.

**10.7.** O acolhimento do recurso pelo pregoeiro ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.8.** A decisão do recurso será postada no *site* [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br).

**11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**11.1.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório. A homologação da presente licitação compete a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social.

**11.2.** Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

**12. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**12.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, exclusivamente por meio eletrônico, via campo próprio do sistema <http://www.comprasnet.go.gov.br>, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão.

**12.2.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento.

**12.3.** A impugnação, via de regra, não possui efeito suspensivo.

**12.4.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

**12.5.** Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a administração procederá à sua retificação e republicação com devolução dos prazos e a definição de nova data para realização do certame.

**12.6.** Os pedidos de impugnação ou esclarecimentos ao Edital deverão ser encaminhados em campo próprio do Sistema ComprasNet.GO e serão respondidos no mesmo sistema.

**13. DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

**13.1.** A previsão de entrega total dos objetos é de no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, conforme cronograma apresentado abaixo.

Cronograma	Dia 01	10 dias	Em até 20 dias*	30 dias	30 dias	30 dia
Assinatura do Instrumento contratual						
Entrega do projeto de fundação e do projeto de reservatório com ART						

Emissão de Ordem de Fornecimento						
Execução da fundação do reservatório						
Retirada do reservatório antigo com destinação final						
Instalação do novo reservatório						
Testes de estanqueidade						
Recebimento						

\*OBS: Considerando a complexidade das atividades internas realizadas nos Centros de Atendimento Socioeducativo, julga-se firmar o instrumento contratual com prazo inserido para abranger tempo que possa vir a ser razoável para a logística interna da unidade.

**13.2.** O prazo fixado para entrega dos objetos contratados poderá, mediante solicitação escrita da contratada e a exclusivo critério da SEDS, ser prorrogado, estabelecendo-se que:

**13.2.1.** Caso se veja impossibilitado de cumprir o prazo estipulado para a entrega dos objetos, a contratada deverá apresentar a SEDS, antes da data de vencimento inicialmente fixada, pedido de prorrogação de prazo, acompanhado de justificativa devidamente fundamentada com os impeditivos de seu cumprimento;

**13.2.2.** O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo de entrega deverá ser encaminhado a Coordenação de Suprimentos, ficando a critério dos funcionários designados para fiscalizar o acompanhamento do objeto em tela acolher ou não o requerimento da contratada;

**13.2.3.** Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os objetos requisitados tenham sido entregues, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a contratada sujeita às penalidades previstas no Termo de Referência e/ou Edital e anexos do respectivo certame.

**13.3.** Após a entrega e instalação dos reservatórios a Contratante realizará o teste de estanqueidade, a fim de verificar se há vazamentos e detectar possíveis falhas no produto fornecido, tal teste terá duração de 30 dias, e se detectados vazamentos entre outras falhas no reservatório durante o teste, a Contratada será notificada e terá um prazo de 30 dias após o recebimento da notificação para realizar o reparo ou substituição do mesmo.

**13.4.** A descarga dos objetos e a instalação dos mesmos no local de entrega deverá ser feita por funcionários da empresa Contratada, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários ao trabalho orientados durante a entrega dos materiais por um servidor da Contratante.

**13.5.** O objeto será entregue em sua totalidade, de acordo com as especificações deste Termo de Referência nas seguintes condições:

**13.5.1.** Após agendamento e autorização prévia da SEDS;

**13.5.2.** Uma unidade no Centro de Atendimento Socioeducativo de Goiânia, localizado na Avenida Moisés Augusto Santana, Lote 01/21, Conjunto Vera Cruz, Goiânia - GO;

**13.5.3.** Uma unidade no Centro de Atendimento Socioeducativo de Luziânia, localizado na Rua Epaminondas Roriz, nº 100, Setor Fumal, Luziânia - GO;

**13.5.4.** No horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, em dias úteis, de 2ª a 6ª feira.

#### 14. CONDIÇÕES DE GARANTIA

**14.1.** A Contratada deverá fornecer a Contratante, no ato do fornecimento dos reservatórios, termo de garantia contemplando a seguinte cobertura:

**14.1.1.** Garantia estrutural dos reservatórios por um prazo mínimo de 05 (cinco) anos, responsabilizando-se durante a vigência da garantia, por todos os custos inerentes a necessidades de reparos, correções de falhas estruturais e até mesmo a substituição do reservatório que apresentar problemas ou defeitos durante o período, sendo que qualquer ação adotada não deverá em hipótese alguma gerar ônus a contratante.

**14.1.1.1.** Na condição de garantia estrutural, estão incluídos aspectos relacionados à solidez e integridade da estrutura dos reservatórios de água tipo taça. Isso abrange problemas como trincas e desaprumos, que são potenciais defeitos que podem afetar a estabilidade e a funcionalidade do reservatório. A garantia estrutural garante que, durante o período estabelecido no contrato, quaisquer trincas significativas ou desaprumos que comprometam a integridade do reservatório serão corrigidos pelo fornecedor, sem custo adicional para a parte adquirente.

**14.1.2.** Garantia de pintura e impermeabilização interna e pintura externa dos reservatórios por um prazo mínimo de 02 (dois) anos, responsabilizando-se durante a vigência da garantia, por todos os custos inerentes a necessidades de reparos e correções de falhas devido a problemas ou defeitos durante o período, sendo que qualquer ação adotada não deverá em hipótese alguma gerar ônus a contratante.

**14.1.2.1.** Internamente: A pintura interna do reservatório é essencial para conferir-lhe características impermeáveis. Isso significa que a camada de pintura aplicada no interior do reservatório impede a infiltração de água, evitando vazamentos que possam causar prejuízos e desperdício. Além disso, a pintura contribui para que a água armazenada permaneça livre de contaminantes, assegurando a qualidade e a potabilidade;

**14.1.2.2.** Proteção contra Oxidação e Agressões Químicas: A pintura interna também atua como uma barreira protetora contra a oxidação e agressões químicas. Esses reservatórios estão constantemente em contato com a água, e a pintura adequada ajuda a evitar a corrosão das superfícies internas, prolongando a vida útil do reservatório e mantendo a água em condições seguras para consumo;

**14.1.2.3.** Externamente: A pintura externa é essencial para proteger o reservatório contra corrosão causada por intempéries e exposição ao ambiente externo. A camada de tinta certa age como uma barreira contra a ação da chuva, vento, sol e outros fatores climáticos, prevenindo danos à estrutura do reservatório e preservando sua aparência;

**14.1.2.4.** Deslocamento da Camada de Pintura: O deslocamento da camada de pintura é uma preocupação, tanto interna quanto externamente. A garantia deve resguardar que qualquer deslocamento prematuro da pintura será tratado pelo fornecedor, evitando a exposição de áreas sem proteção.

#### 15. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**15.1.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta dos seguintes recursos orçamentários:

FONTE: 17610156 – RECURSO ESTADUAL - PROTEGE

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N.º: 2023.30.52.14.421.1034.3075.04

NATUREZA DE DESPESA: 4.4.90.51.03

**15.2.** O valor global estimado da presente licitação é de: R\$ 149.195,00 (cento e quarenta e nove mil, cento e noventa e cinco reais).

#### 16. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

**16.1.** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

**16.1.1.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue, sob protocolo, à Coordenação de Suprimentos na qual será atestada pelo servidor responsável pelo recebimento, e posteriormente encaminhado à Gerência de Execução Orçamentária e Financeira para providências pertinentes ao pagamento;

**16.1.2.** Para que seja efetuado o devido pagamento os produtos deste Termo de Referência deverá ter sido entregue/prestado conforme o solicitado e de acordo com as especificações técnicas descritas.

**16.2.** Para efetivação do pagamento deverá ser apresentado junto a Nota Fiscal/Fatura às certidões de regularidade da Contratada – Certidões Negativa de Débitos com o INSS, FGTS, CNDT, Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e CADIN Estadual.

**16.3.** Em caso de irregularidade fiscal, a Contratante notificará a Contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período.

**16.3.1.** Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da Contratada, ou apresentação de defesa aceita pela Contratante, estes fatos, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula do edital, e estará o Contrato e/ou outro documento equivalente passível de rescisão e a adjudicatária sujeita às sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.

**16.4.** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item 14.1, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, após a ratificação pelo gestor do contrato como motivação para rejeição da Nota Fiscal.

**16.5.** A devolução de fatura não aprovada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social não servirá de motivo para que a ADJUDICATÁRIA suspenda o fornecimento dos produtos ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

**16.6.** A Nota Fiscal/Fatura será conferida e atestada pelo responsável designado para o acompanhamento e recebimento dos produtos.

**16.7.** O pagamento a ser efetuado à Contratada deverá obedecer à ordem cronológica de exigibilidade das obrigações estabelecidas pela a Contratante de acordo com o disposto no artigo 5º caput da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993 e suas alterações posteriores.

**16.8.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação a obrigação principal assumida via contrato ou documento similar.

**16.9.** Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o processo de pagamento ficará pendente, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus a Contratante.

**16.10.** Em caso de ocorrer atraso nos pagamentos das faturas, a CONTRATANTE corrigirá o valor a ser pago baseado na TR (taxa referencial), calculada a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao do vencimento da obrigação e, desde que solicitado pela Contratada.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I – não assinar o contrato;

II – não entregar a documentação exigida no edital;

III – apresentar documentação falsa;

IV – causar o atraso na execução do objeto;

V – não manter a proposta;

VI – falhar na execução do contrato;

VII – fraudar a execução do contrato;

VIII – comportar-se de modo inidôneo;

IX – declarar informações falsas; e

X – cometer fraude fiscal.

**§ 1º** A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos aos seguintes limites máximos:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por dia subsequente ao trigésimo.

**§ 2º** Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**§ 3º** As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR.

**§ 4º** As sanções descritas no item 17 também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

**§ 5º** A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**17.2.** Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita ainda às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis.

## **18. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO**

**18.1.** Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada por contato telefônico ou e-mail para, no prazo de **10 (dez) dias** a partir da notificação, assinar o contrato e fornecer o objeto do pregão.

**18.2.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o instrumento contratual caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação fora da validade de suas propostas.

**18.3.** A rescisão das obrigações decorrentes do presente certame licitatório se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**18.4.** As exigências do fornecimento, as quantidades, os prazos, bem como as demais condições constam no termo de referência, anexo I deste edital.

**18.5.** Caberá à contratante indicar o gestor do contrato, mediante portaria do titular da Pasta, que deverá observar as disposições do Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

**18.5.1.** A contratada deverá nomear preposto para representá-la na execução dos serviços, na forma do art. 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

**18.6.** Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação.

**18.6.1.** Se o licitante vencedor não celebrar o contrato não apresentar situação regular, é facultado à Administração examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, procedendo à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital.

**18.6.2.** Quando da contratação com autor de proposta subsequente àquela melhor classificada, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente.

**18.7.** A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos do parágrafo 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

## 19. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

**19.1.** Caberá à Contratada adotar boas práticas de sustentabilidade no que couber e/ou quando for caso, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes; substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; racionalização do consumo de energia elétrica e de água.

**19.2.** A Contratada deverá aplicar como critérios de sustentabilidade ambiental para a execução do bem licitado, em relação ao FABRICANTE, ao PRODUTOR ou ao FORNECEDOR, no que couber e/ou quanto for o caso:

**19.2.1.** A adoção de processos de extração, fabricação e utilização de produtos e matérias-primas de forma ambientalmente sustentável;

**19.2.2.** A deposição e o tratamento adequados de dejetos e resíduos da indústria, comércio ou construção civil, bem como da água utilizada;

**19.2.3.** A utilização de matéria-prima renovável, reciclável, biodegradável e atóxica;

**19.2.4.** A utilização de tecnologia e bem que reduzam o impacto ambiental;

**19.2.5.** A recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis por essa Administração pública;

**19.2.6.** A comprovação de que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.

**19.3.** A contratada deverá fornecer bens que, no todo ou em parte, no que couber e/ou quanto for o caso:

**19.3.1.** Sejam construídos por bem reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

**19.3.2.** Ofereçam menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**19.3.3.** Não contenham substâncias perigosas acima dos padrões tecnicamente recomendados por organismos nacionais ou internacionais;

**19.3.4.** Estejam acondicionados em embalagem adequada, feita com a utilização de bem reciclável, com o menor volume possível;

**19.3.5.** Funcionem com baixo consumo de energia ou de água;

**19.3.6.** Sejam potencialmente menos agressivos ao meio ambiente ou que, em sua produção, signifiquem economia no consumo de recursos naturais.

**19.4.** Possuam certificação de procedência de produtos.

**19.4.1.** A comprovação dos requisitos citados acima poderá ser realizada por apresentação de declaração própria ou de certificação imita por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências de práticas de sustentabilidade ambiental.

**19.5.** Quando aplicável, sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

## 20. DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

**20.1** Conforme orientação constante no Despacho nº 493/2023 – GAB/PGE, as controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, chamamento público ou procedimento congêneres, serão **submetidas à tentativa** de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

## 21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**21.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**21.2.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste subitem em dia de expediente no órgão.

**21.3.** No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante ato fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**21.3.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**21.4.** A homologação de resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**21.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação, ou ainda poderá ser revistas em situações que represente prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, de forma a restar configurada a desvantajosidade da contratação para a Administração Pública.

**21.6.** A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**21.7.** A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**21.8.** É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**21.9.** Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**21.10.** É dever da contratada de manter os meios de comunicação disponibilizados na carta proposta (Anexo II) sempre atualizados, sendo de sua responsabilidade a conferência acerca de possíveis contatos da pasta para execução do objeto visado.

**21.11.** Após o início da sessão pública para o recebimento dos lances não caberá desistência, ficando a licitante obrigada a cumprir sua proposta sob pena de incorrer nas sanções previstas neste edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**21.12.** O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

**21.13.** Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

**21.14.** A Administração poderá, até a assinatura do contrato ou outro documento equivalente, inabilitar o licitante, por ato fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal do Licitante. Neste caso, poderá ser retomada a sessão pública e o pregoeiro restabelecerá a fase competitiva entre os licitantes remanescentes, por meio da ativação da função repregoar.

**21.15.** É de responsabilidade do Licitante o acompanhamento do processo pelo site: [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br).

**21.16.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**21.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**21.18.** Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante nos sites [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) e [www.social.go.gov.br](http://www.social.go.gov.br) e nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital e seus anexos.

**21.18.1.** Caso haja contradição entre o Edital e qualquer um de seus anexos prevalecerá as previsões editalícias.

**21.19.** As informações e/ou esclarecimentos serão prestados através do site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

**21.20.** A interpretação e aplicação dos termos desta aquisição serão regidas pelas leis brasileiras, tendo as Varas da Fazenda Pública do Estado de Goiás, de acordo com o estabelecido pelo art. 30 da Lei de Organização Judiciária do Estado de Goiás (Lei 9.129/81), competência exclusiva sobre qualquer controvérsia resultante da mesma.

**21.21.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet após a homologação.

**21.22.** Os participantes de licitação na modalidade de pregão, nas formas eletrônica e presencial, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido no Decreto Estadual nº 9.666/2020, e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real pela internet.

## 22. DOS ANEXOS

**Anexo I** - Termo de Referência.

**Anexo II** - Carta Proposta (modelo).

**Anexo III** - Modelo de Declaração.

**Anexo IV** - DECLARAÇÃO DE VISTORIA AO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

**Anexo V** - DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA AO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

**Anexo VI** - Minuta Contratual.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Goiânia aos 02 dias do mês de outubro de 2023.

**Thiago Mendonça Valadão**

Pregoeiro

### ANEXO I

#### Termo de Referência

#### 1. PROCESSO: 202310319003339

#### 2. OBJETO

**2.1.** O presente procedimento tem por finalidade estabelecer a aquisição e instalação de reservatórios metálicos de água potável com capacidade para 50.000L para atender as demandas dos Centros de Atendimento Socioeducativo de Goiânia e Luziânia, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### 3. JUSTIFICATIVA

**3.1.** A manutenção das Unidades Socioeducativas é atribuição do Poder Estadual, conforme Artigo 94, Incisos VII a IX e Artigo 125 da Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como Artigo 4º, Inciso III da Lei Federal nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012.

**3.2.** Considerando que a aquisição de reservatórios de água potável faz-se necessária uma vez que, as existentes encontram-se danificadas pela ação do tempo, correndo o risco de acidentes como desabamento e até mesmo contaminação da água, haja vista que as mesmas encontram-se com grande quantidade de ferrugem, o que também acarreta vazamentos frequentes.

**3.3.** Considerando que após o Relatório de Vistoria nº 01/2023 (Evento SEI 48160291), verificou-se que a estrutura e o sistema de impermeabilização dos reservatórios inspecionados possuem deficiências que comprometem suas funções no que tange os aspectos de estanqueidade e desempenho, tendo sido constatados diversos trechos da estrutura com sinais de oxidação e deslocamento da camada de pintura, reduzindo sua durabilidade, desempenho e vida útil, acarretando na perda das condições de segurança e estabilidade.

3.4. Dessa forma, diante da imprescindibilidade do fornecimento dos Reservatórios acima descritos para atender as demandas desta Secretaria, justifica-se a necessidade da presente aquisição.

#### 4. QUANTITATIVO E VALORES ESTIMADOS DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
1	Aquisição e instalação de reservatórios metálicos, tipo taça coluna seca, com capacidade para 50.000L, específico para água potável, destinado ao abastecimento público, incluso projeto completo do reservatório, garantia, deslocamento, material, mão de obra, equipamentos, instalação completa, ART e destinação final do antigo reservatório de acordo com a legislação ambiental. <b>Destinado ao CASE Goiânia.</b>	Unidade	1	R\$ 74.597,50
2	Aquisição e instalação de reservatórios metálicos, tipo taça coluna seca, com capacidade para 50.000L, específico para água potável, destinado ao abastecimento público, incluso projeto completo do reservatório, garantia, deslocamento, material, mão de obra, equipamentos, instalação completa, ART e destinação final do antigo reservatório de acordo com a legislação ambiental. <b>Destinado ao CASE Luziânia.</b>	Unidade	1	R\$ 74.597,50
<b>VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO</b>				

#### 4.1. ESTIMATIVA TOTAL DA AQUISIÇÃO R\$ 149.195,00 (cento e quarenta e nove mil cento e noventa e cinco reais).

4.2. O valor apresentado compreende todas as despesas concernentes ao objeto desta aquisição, tais como: transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, fretes, taxas e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita entrega do objeto.

4.3. **Classificação dos Bens Comuns:** Os bens enquadram-se na classificação de bens comuns nos termos da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

4.4. **Dotação Orçamentária:** As despesas correrão à conta dos recursos consignados à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS), através de previsão no Orçamento Geral do Estado de Goiás, para o exercício de 2023.

4.5. **A proposta será inexequível:** Se a proposta apresenta valores inferiores a 70% do menor dos valores previstos nas alíneas "a" e "b", do § 2º, do Artigo 48, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993, então a proposta é, em regra, inexequível.

4.6. **O critério de julgamento:** será de MENOR PREÇO POR ITEM.

#### 5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1. O objeto a ser adquirido deverá obedecer rigorosamente às características mínimas referentes neste Termo de Referência.

5.2. **Medidas Aproximadas:** Diâmetro da Coluna: 1,60 metros, Diâmetro da Taça, Altura da Coluna: 3,20 metros, Altura da Taça: 5,90 metros. Altura Total: 10,10 metros. As medidas podem variar em, no máximo, 10% (dez) por cento daquelas dadas como referência, a critério da Administração e sem prejuízo à sua utilização.

5.3. **Normas:** ABNT – 4:07.12-007/87 NBR 10141, NB-89, NB-593, MB-25 e EB-79 da ABNT; ANSI e ASMT para reservatórios de chapa em aço; NBR-6123 para Força do vento em edificações.

5.4. **Materiais:** Chapas COR 420 (C.S.N) ou ASTM A-36 ou superior, aço Naval patinável com características de alta resistência mecânica, baixa liga, boa tenacidade e alta resistência à corrosão atmosférica que garante a integridade estrutural do produto.

5.5. **Acessórios:** Escada externa e interna tipo marinho; Corrimão de tubos nas bordas superiores do reservatório; Luvas de entrada e saída de água e limpeza; Suporte com abraçadeira para afiação das tubulações; Tampa de inspeção no teto; Extravasor, isoladores de para-raios e suporte para luz piloto; Chumbadores, parafusos e porcas para afiação do reservatório.

5.6. **Pintura dos Reservatórios:** Tratamento da chapa com DDF, desengraxante, decapante e fosfatizante, responsável pela neutralização e preservação da chapa contra ferrugem e desgaste. O acabamento será feito da seguinte forma:

5.6.1. Na parte interna será feita preparação de superfície, para proteção quanto à ferrugem ou corrosão, sendo utilizado o seguinte procedimento: limpeza das chapas à base de desoxidante, decapante + fosfatizante e revestido com epóxi próprio para água potável, com laudo técnico;

5.6.2. O acabamento externo será feito através de limpeza própria e pintado totalmente à base de esmalte sintético na cor branca.

5.7. **Solda:** Interna e externa, qualificada na norma AWS A 5.18, para processo semi-automático (solda-mig) utilizando arames sólidos e cobreados, AWWA-D 100/96 para tanques soldados para armazenamento de água.

5.8. **Testes e Ensaios:** Teste Líquido penetrante nos cruzamentos críticos de soldas, medição de espessura seca de camada de tinta.

5.9. **Garantia:** Garantia contra defeitos de fabricação de 05 anos para reservatório e 02 anos para pintura.

5.10. **Escopo de Fornecimento:** Os reservatórios a serem adquiridos serão instalados em substituição dos reservatórios no Centro de Atendimento Socioeducativo de Luziânia e Centro de Atendimento Socioeducativo de Goiânia. Caberá ao Fornecedor: Todo o material para a perfeita construção mecânica do reservatório; Todo o ferramental e equipamentos para a construção do mesmo; Instalação e montagem do reservatório sobre a fundação. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do projeto, fabricação e montagem; Entrega e instalação do reservatório nas cidades supracitadas; Todos os equipamentos e suplementos necessários para a instalação do reservatório na base, incluindo ferragens, soldas, furações, elementos hidráulicos para conexão e demais itens que vierem a ser necessários; Bem como retirar o reservatório antigo da base e dar destino de acordo com a legislação ambiental.

#### 6. UNIDADE INTERESSADA/RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

6.1. Coordenação de Suprimentos.

#### 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

##### 7.1. Disposições Gerais:

**7.1.1.** O objeto a ser adquirido deverá ser de ótima qualidade.

**7.1.2.** À Contratante reserva-se o direito solicitar, caso haja necessidade, documentos que possam comprovar a qualidade dos bens produzidos e materiais adquiridos.

**7.1.3.** À Contratante reserva-se o direito de não aceitar objeto cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou que esteja deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação.

**7.1.4.** A qualquer tempo e a critério do órgão, os objetos recebidos poderão ser submetidos à análise para controle de qualidade por laboratório oficial especializado, que emitirá laudo de análise atestando as condições do objeto.

**7.1.5.** O objeto deverá ser entregue na mesma marca indicada na proposta de preços vencedora do certame, conforme as especificações deste Termo de Referência.

**7.1.6.** O objeto entregue deverá ser novo e original, não se admitindo em hipótese alguma o fornecimento de alternativo, recondicionado ou recuperado, estando adequadamente embalado de forma a preservar suas características originais.

**7.1.7.** O objeto entregue deverá atender às especificações técnicas exigidas e obedecer rigorosamente:

**7.1.7.1.** Às normas da ANVISA, INMETRO, quando for o caso, e demais órgãos regularizadores do objeto em tela, conforme especificação e necessidade de cada material;

**7.1.7.2.** Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;

**7.1.7.3.** Às prescrições e recomendações dos fabricantes.

**7.1.8.** O fornecedor deverá entregar os itens de maneira que seja possível conferir, separadamente, de forma que facilite a contagem e controle dos mesmos.

**7.1.9.** A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**7.1.10.** A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

## **7.2. Projeto dos Reservatórios:**

**7.2.1.** O projeto do reservatório deverá conter todos os dados referentes à estrutura, material utilizado, tipo de solda empregada, dimensões, sistemas hidráulico, acessórios e dispositivos de segurança, a fim de fornecer informações técnicas com qualidade e confiabilidade do objeto a ser adquirido pela Contratante, observando aos critérios e normas vigentes para a elaboração do projeto.

**7.2.2.** A Contratada também deverá fornecer os memoriais de cálculo referente ao projeto do reservatório, contendo em seu teor a metodologia de cálculo adotada e os cálculos estruturais, que deverão ser descritos de maneira organizada, clara e objetiva, observando-se as normas para a elaboração do mesmo.

## **7.3. Critérios Técnicos da Base de Fundação dos Reservatórios:**

**7.3.1** A Contratada deverá fornecer o projeto executivo da base de fundação do respectivo reservatório objeto do presente termo. A base deverá ser em concreto armado e seu projeto deverá conter nível satisfatório de detalhamento, obedecendo às normas vigentes que regulamentem a matéria. Também deverá ser fornecido o memorial de cálculo da base, assim como, o quantitativo dos materiais necessários para a sua execução.

**7.3.2** O memorial de cálculo referente ao projeto da base de fundação do reservatório deverá conter em seu teor, a metodologia de cálculo adotada e os cálculos estruturais, onde estes deverão ser descritos de maneira organizada, clara e objetiva, observando-se as normas para a elaboração do mesmo.

**7.3.3** O quantitativo dos materiais referente ao projeto da base poderá ser fornecido em forma de planilha ou relatório detalhado, contendo em seu teor, as especificações dos materiais a serem utilizados e a quantidade.

## **7.4. Garantia e Responsabilidade Técnica:**

**7.4.1** Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento de termo de garantia referente ao reservatório fornecido no objeto, que deverá cobrir o tempo mínimo nas condições estabelecidas no item 10.1 do presente termo de referência.

**7.4.2** Serão de inteira responsabilidade técnica da Contratada a emissão e fornecimento das anotações de responsabilidades técnicas (ART) de todos os projetos fornecidos (base e reservatório), sendo a mesma responsável pelo projeto e execução.

## **7.5. Instalação dos Reservatórios:**

**7.5.1** Será de responsabilidade da Contratada responsável pelo fornecimento do reservatório objeto da presente licitação, a entrega e instalação do mesmo em sua respectiva base, sendo assim, todos os custos referentes ao transporte, insumos, equipamentos e mão de obra relativa aos serviços necessários a sua instalação, deverão estar contemplados no custo incluso neste certame.

## **8. PRAZO DE ENTREGA**

**8.1.** A previsão de entrega total dos objetos é de no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, conforme cronograma apresentado abaixo.

<b>Cronograma</b>	<b>Dia 01</b>	<b>10 dias</b>	<b>Em até 20 dias*</b>	<b>30 dias</b>	<b>30 dias</b>	<b>30 dias</b>
Assinatura do Instrumento contratual						
Entrega do projeto de fundação e do projeto de reservatório com ART						
Emissão de Ordem de Fornecimento						
Execução da fundação do reservatório						
Retirada do reservatório antigo com destinação final						
Instalação do novo reservatório						
Testes de estanqueidade						
Recebimento						

\*OBS: Considerando a complexidade das atividades internas realizadas nos Centros de Atendimento Socioeducativo, julga-se firmar o instrumento contratual com prazo inserido para abranger tempo que possa vir a ser razoável para a logística interna da unidade.

**8.2.** O prazo fixado para entrega dos objetos contratados poderá, mediante solicitação escrita da contratada e a exclusivo critério da SEDS, ser prorrogado, estabelecendo-se que:

**8.2.1.** Caso se veja impossibilitado de cumprir o prazo estipulado para a entrega dos objetos, a contratada deverá apresentar a SEDS, antes da data de vencimento inicialmente fixada, pedido de prorrogação de prazo, acompanhado de justificativa devidamente fundamentada com os impeditivos de seu cumprimento;

**8.2.2.** O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo de entrega deverá ser encaminhado a Coordenação de Suprimentos, ficando a critério dos funcionários designados para fiscalizar o acompanhamento do objeto em tela acolher ou não o requerimento da contratada;

**8.2.3.** Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os objetos requisitados tenham sido entregues, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a contratada sujeita às penalidades previstas no Termo de Referência e/ou Edital e anexos do respectivo certame.

**8.3.** Após a entrega e instalação dos reservatórios a Contratante realizará o teste de estanqueidade, a fim de verificar se há vazamentos e detectar possíveis falhas no produto fornecido, tal teste terá duração de 30 dias, e se detectados vazamentos entre outras falhas no reservatório durante o teste, a Contratada será notificada e terá um prazo de 30 dias após o recebimento da notificação para realizar o reparo ou substituição do mesmo.

**8.4.** A descarga dos objetos e a instalação dos mesmos no local de entrega deverá ser feita por funcionários da empresa Contratada, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários ao trabalho orientados durante a entrega dos materiais por um servidor da Contratante.

## **9. LOCAL DE ENTREGA**

**9.1.** O objeto será entregue em sua totalidade, de acordo com as especificações deste Termo de Referência nas seguintes condições:

**9.1.1.** Após agendamento e autorização prévia da SEDS;

**9.1.2.** Uma unidade no Centro de Atendimento Socioeducativo de Goiânia, localizado na Avenida Moisés Augusto Santana, Lote 01/21, Conjunto Vera Cruz, Goiânia - GO;

**9.1.3.** Uma unidade no Centro de Atendimento Socioeducativo de Luziânia, localizado na Rua Epaminondas Roriz, nº 100, Setor Fumal, Luziânia - GO;

**9.1.4.** No horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, em dias úteis, de 2ª a 6ª feira.

## **10. CONDIÇÕES DE GARANTIA**

**10.1.** A Contratada deverá fornecer a Contratante, no ato do fornecimento dos reservatórios, termo de garantia contemplando a seguinte cobertura:

**10.1.1.** Garantia estrutural dos reservatórios por um prazo mínimo de 05 (cinco) anos, responsabilizando-se durante a vigência da garantia, por todos os custos inerentes a necessidades de reparos, correções de falhas estruturais e até mesmo a substituição do reservatório que apresentar problemas ou defeitos durante o período, sendo que qualquer ação adotada não deverá em hipótese alguma gerar ônus a contratante.

**10.1.1.1.** Na condição de garantia estrutural, estão incluídos aspectos relacionados à solidez e integridade da estrutura dos reservatórios de água tipo taça. Isso abrange problemas como trincas e desaprumos, que são potenciais defeitos que podem afetar a estabilidade e a funcionalidade do reservatório. A garantia estrutural garante que, durante o período estabelecido no contrato, quaisquer trincas significativas ou desaprumos que comprometam a integridade do reservatório serão corrigidos pelo fornecedor, sem custo adicional para a parte adquirente.

**10.1.1.2.** Garantia de pintura e impermeabilização interna e pintura externa dos reservatórios por um prazo mínimo de 02 (dois) anos, responsabilizando-se durante a vigência da garantia, por todos os custos inerentes a necessidades de reparos e correções de falhas devido a problemas ou defeitos durante o período, sendo que qualquer ação adotada não deverá em hipótese alguma gerar ônus a contratante.

**10.1.1.2.1.** Internamente: A pintura interna do reservatório é essencial para conferir-lhe características impermeáveis. Isso significa que a camada de pintura aplicada no interior do reservatório impede a infiltração de água, evitando vazamentos que possam causar prejuízos e desperdício. Além disso, a pintura contribui para que a água armazenada permaneça livre de contaminantes, assegurando a qualidade e a potabilidade;

**10.1.1.2.2.** Proteção contra Oxidação e Agressões Químicas: A pintura interna também atua como uma barreira protetora contra a oxidação e agressões químicas. Esses reservatórios estão constantemente em contato com a água, e a pintura adequada ajuda a evitar a corrosão das superfícies internas, prolongando a vida útil do reservatório e mantendo a água em condições seguras para consumo;

**10.1.1.2.3.** Externamente: A pintura externa é essencial para proteger o reservatório contra corrosão causada por intempéries e exposição ao ambiente externo. A camada de tinta certa age como uma barreira contra a ação da chuva, vento, sol e outros fatores climáticos, prevenindo danos à estrutura do reservatório e preservando sua aparência;

**10.1.1.2.4.** Deslocamento da Camada de Pintura: O deslocamento da camada de pintura é uma preocupação, tanto interna quanto externamente. A garantia deve resguardar que qualquer deslocamento prematuro da pintura será tratado pelo fornecedor, evitando a exposição de áreas sem proteção.

## **11. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**11.1.** O objeto será recebido por um servidor da Contratante para fiscalização e acompanhamento, visando, em ambos os casos, a conformidade daqueles com as especificações e quantidades estipuladas no Termo de Referência e/ou Edital de Licitação e seus anexos.

**11.2.** A Contratante efetuará o recebimento do objeto contratado, provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações, e definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto de acordo com o contrato.

**11.3.** Em caso de rejeição parcial ou total do objeto contratado, substituição ou demais hipóteses de descumprimento de outras obrigações contratuais, avaliadas na etapa de recebimento, sujeitarão a Contratada à aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**11.3.1.** A recusa do servidor responsável pelo recebimento do produto deve ser fundamentada.

### **11.4. Recebimento Provisório:**

**11.4.1.** Os reservatórios serão considerados recebidos, provisoriamente, após a verificação da instalação dos mesmos pela fiscalização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

**11.4.2.** O recebimento provisório caberá ao servidor designado para acompanhamento e fiscalização do contrato decorrente desta proposição.

**11.4.3.** O objeto contratado será rejeitado caso esteja em desacordo com as especificações, devendo a Contratante apontar a ocorrência por escrito, detalhando as razões para deixar de emitir o Termo de Recebimento Definitivo e indicando as falhas e pendências verificadas.

**11.4.4.** O objeto rejeitado deverá ser substituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, quando se realizarão novamente as verificações de adequação e conformidade do material.

**11.4.5.** À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**11.4.6.** Caso a substituição não ocorra em até 15 (quinze) dias corridos, ou caso o novo lote também seja rejeitado, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas.

### **11.5. Recebimento Definitivo:**

**11.5.1.** Os reservatórios serão considerados recebidos, definitivamente, após verificação da qualidade, quantidade e se os itens fornecidos atendem aos requisitos estabelecidos no contrato.

**11.5.2.** Uma vez verificado o correto funcionamento dos itens entregues, a SEDS efetuará o recebimento definitivo mediante emissão de termo circunstanciado em até 60 (sessenta) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

**11.5.3.** Ocorrendo problemas durante a execução do recebimento definitivo, os mesmos serão informados à Contratada, que deverá providenciar as correções cabíveis.

**11.5.4.** O recebimento definitivo caberá ao responsável da respectiva área contemplada pelo objeto entregue, um usuário chave da Gerência/Setor (definido pelo responsável da área) e ao gestor do contrato formalmente designado.

**11.5.5.** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do mesmo.

## **12. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

**12.1.** Adotar boas práticas de sustentabilidade no que couber e/ou quando for caso, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes; substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; racionalização do consumo de energia elétrica e de água.

**12.2.** A Contratada deverá aplicar como critérios de sustentabilidade ambiental para a execução do objeto licitado, em relação ao FABRICANTE, ao PRODUTOR ou ao FORNECEDOR, no que couber e/ou quanto for o caso:

**12.2.1.** A adoção de processos de extração, fabricação e utilização de produtos e matérias-primas de forma ambientalmente sustentável;

**12.2.2.** A deposição e o tratamento adequados de dejetos e resíduos da indústria, comércio ou construção civil, bem como da água utilizada;

**12.2.3.** A utilização de matéria-prima renovável, reciclável, biodegradável e atóxica;

**12.2.4.** A utilização de tecnologia e material que reduzam o impacto ambiental;

**12.2.5.** A recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis por essa Administração pública.

**12.2.6.** A comprovação de que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.

**12.3.** A contratada deverá fornecer bens que, no todo ou em parte, no que couber e/ou quanto for o caso:

**12.3.1.** Sejam construídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

**12.3.2.** Ofereçam menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**12.3.3.** Não contenham substâncias perigosas acima dos padrões tecnicamente recomendados por organismos nacionais ou internacionais;

**12.3.4.** Estejam acondicionados em embalagem adequada, feita com a utilização de material reciclável, com o menor volume possível;

**12.3.5.** Funcionem com baixo consumo de energia ou de água;

**12.3.6.** Sejam potencialmente menos agressivos ao meio ambiente ou que, em sua produção, signifiquem economia no consumo de recursos naturais;

**12.3.7.** Possuam certificação de procedência de produtos;

**12.3.8.** A comprovação dos requisitos citados acima poderá ser realizada por apresentação de declaração própria ou de certificação imita por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências de práticas de sustentabilidade ambiental.

**12.4.** Quando aplicável, sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

## **13. OBRIGAÇÕES E DEVERES DA CONTRATANTE**

**13.1.** Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratante:

**13.2.** Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do material.

**13.3.** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Termo de Referência.

**13.4.** Designar um representante ou comissão responsável pela fiscalização e acompanhamento da entrega dos objetos, o qual deverá registrando todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos objetos, determinando o que for necessário à regularização das falhas, faltas ou impropriedades observadas sem prejuízo da total responsabilidade da Contratada perante a Contratante ou para com terceiros, além de proceder o atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias:

**13.4.1.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**13.5.** Emissão da correspondente Nota de Empenho, bem como, assegurar os recursos orçamentários e financeiros para o fornecimento dos materiais, objeto da aquisição.

**13.6.** Efetuar o pagamento da empresa vencedora até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal e o aceite realizado pelo servidor responsável pelo recebimento definitivo.

**13.7.** Atestar a efetiva entrega do objeto contratado e o seu recebimento.

**13.8.** Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

**13.9.** Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

**13.10.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

**13.11.** Responsabilizar pela permissão de acesso dos funcionários e veículos da entidade contratada no referido local de fornecimento do produto objeto do feito.

**13.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**14. OBRIGAÇÕES E DEVERES DA CONTRATADA**

**14.1.** Além das obrigações legais e regulamentares, a Contratada obriga-se a:

**14.2.** Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Contratante.

**14.3.** Entregar materiais conforme as especificações constantes deste Termo de Referência, cumprindo o prazo estabelecido.

**14.3.1.** Os materiais entregues deverão possuir rigorosamente a mesma especificação daqueles descritos no item 04, podendo suas medidas variar em, no máximo, 10% (dez) por cento daquelas dadas como referência, a critério da Administração e sem prejuízo à sua utilização.

**14.3.2.** Adotar cautelas especiais para o transporte, no que couber e/ou quando for o caso.

**14.3.3.** Entregar materiais acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

**14.3.4.** A entrega dos objetos deverá ocorrer por meio de embalagens originais intactas, apropriadas para armazenamento e garantindo a proteção contra deteriorações.

**14.4.** Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos materiais fornecidos, que deverão ser novos e de primeira qualidade.

**14.5.** Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Contratante, referentes às condições firmadas neste Termo de Referência.

**14.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**14.7.** Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

**14.8.** Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Contratada e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

**14.8.1.** Qualquer dano causado ao patrimônio da Contratante na entrega dos materiais será ressarcido pela Contratada, salvo justificativa comprovada, que deverão responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e da Nota de Empenho.

**14.9.** Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, transporte, taxas de frete ou seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome da Contratante.

**14.10.** Levar imediatamente ao conhecimento da Fiscalização da Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o fornecimento do objeto desta licitação, para adoção das medidas cabíveis, bem como comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer.

**14.11.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela SEDS, cujas reclamações se obrigam a atender.

**14.12.** Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.

**14.13.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Contratante:

**14.13.1.** Somente divulgar informações que envolvam o nome da Contratante, acerca do fornecimento do objeto desta licitação, mediante prévia e expressa autorização;

**14.13.2.** Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do fornecimento do objeto desta licitação, sem o consentimento, prévio e por escrito, da Contratante.

**14.14.** Instruir seus colaboradores quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso.

**14.15.** Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível e sem rasuras.

**14.16.** Manter, durante toda o fornecimento do objeto desta licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

**14.17.** Não transferir a outrem, caucionar ou utilizar o objeto contratado para qualquer outra operação financeira, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante, sob pena de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

**14.18.** Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como pelo custo de frete na entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento dos produtos vendidos.

**14.19.** Responsabilizar-se pelas despesas com transporte e alimentação de seus empregados, nos termos da legislação vigente.

**14.20.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na aquisição do objeto em tela, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

**14.21.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**14.22.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º, do Artigo 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

**14.23.** A contratada deverá observar o cumprimento de todos os prazos, condições exigidas, datas, horários estabelecidos.

**14.24.** A contratada deverá observar às normas de acondicionamento e transporte dos produtos objetos dessa aquisição.

**14.25.** Providenciar o atendimento, caso houver, das diligências necessárias pela liquidação da Nota Fiscal/Fatura, e, submeter-se à fiscalização e Gestão a ser realizada pelo Gestor e Fiscal indicado pela contratante.

**14.26.** Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à entrega dos produtos adquiridos, pagando os emolumentos prescritos em lei.

**14.27.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa sobre todo e qualquer assunto de interesse da Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão do fornecimento do objeto licitado.

**14.28.** Comunicar à Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas para a entrega dos produtos, bem como a iminência de fatos que possam prejudicar o perfeito fornecimento do objeto licitado.

**14.29.** Independentemente de qualquer superveniência, manter a qualidade dos produtos, conforme disposição contratual firmada, solucionando, imediatamente, quaisquer problemas que impeçam ou dificultem o cumprimento do presente objeto licitado.

**14.30.** Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto licitado.

**14.31.** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Contratante e/ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**14.32.** Indicar endereço de correspondência eletrônica e responsabilizar-se pelo conhecimento das comunicações que porventura forem encaminhadas para Contratada.

**14.33.** Submeter-se à fiscalização da Contratante que, por intermédio do gestor do Contrato, acompanhará a entrega dos produtos, orientando, fiscalizando e intervindo no seu exclusivo interesse, a fim de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas, comunicando à Contratante quaisquer irregularidades detectadas durante a entrega dos produtos.

**14.34.** Responsabilizar-se pelo conhecimento das comunicações que porventura forem encaminhadas para Contratante e providenciar com as diligências necessárias pela liquidação da Nota Nota Fiscal/Fatura.

## **15. FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO OBJETO**

**15.1.** A fiscalização e gerenciamento do objeto pela Contratante será exercida por servidor designado para tal finalidade, nos termos do Artigo 67, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**15.2.** A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante, de conformidade com o Artigo 70, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

**15.3.** O(s) gestor(es) designado(s) receberá(ão) o(s) material(is), cabendo-lhe:

**15.3.1.** A conferência qualitativa e quantitativa do(s) material(is), recusando-o(s) caso não esteja dentro dos limites das especificações técnicas deste Termo de Referência;

**15.3.2.** Proceder de forma criteriosa ao seu recebimento e guarda;

**15.3.3.** Prestar a Contratada qualquer tipo de esclarecimento quanto à identificação, quantidade ou qualidade do(s) material(is).

**15.4.** A Contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

**15.5.** A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, dentre outros.

**15.6.** Cabe ao Gestor do contrato fiscalizar, acompanhar e verificar sua perfeita execução, em todas as fases, até o recebimento do objeto, competindo-lhe, primordialmente, sob pena de responsabilidade:

**15.6.1.** Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à entrega do objeto, inclusive com a juntada de documentos, em ordem cronológica, necessários ao bom acompanhamento do processo, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados com estabelecimento de prazo para a solução;

**15.6.2.** Transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos, cronogramas de entrega e especificações do projeto, quando for o caso e após autorização expressa da autoridade superior;

**15.6.3.** Dar imediata ciência formal a seus superiores dos incidentes e das ocorrências da entrega que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

**15.6.4.** Adotar as providências necessárias para a regular entrega do objeto;

**15.6.5.** Promover, com a presença de representante do contratado, a medição da entrega já efetuadas, atestando as notas fiscais/faturas ou outros documentos hábeis e emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

**15.6.6.** Manter controle dos pagamentos efetuados e dos saldos orçamentário, físico e financeiro do contrato;

**15.6.7.** Verificar a qualidade dos materiais, podendo exigir sua substituição ou refazimento, quando não atenderem aos termos do que foi contratado;

**15.6.8.** Esclarecer prontamente as dúvidas do contratado, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;

**15.6.9.** Acompanhar e controlar os prazos constantes do ajuste, mantendo interlocução com o fornecedor e/ou prestador quanto aos limites temporais do contrato;

**15.6.10.** Manifestar-se por escrito às unidades responsáveis a respeito da necessidade de adoção de providências visando à prorrogação do prazo contratual, antecipadamente ao término de sua vigência, observados os prazos exigíveis para cada situação, nunca inferiores a 60 (sessenta) dias;

**15.6.11.** Manifestar-se por escrito às unidades responsáveis, acerca da necessidade de adoção de providências visando à deflagração de novo procedimento licitatório, antecipadamente ao término da vigência contratual, observadas as peculiaridades de cada objeto e os prazos exigíveis para cada situação, nunca inferiores a 120 (cento e vinte) dias;

**15.6.12.** Observar se as exigências do edital e do contrato foram atendidas em sua integralidade;

**15.6.13.** Fiscalizar a obrigação do contratado e do subcontratado, se houver, de manter, durante toda a fornecimento da entrega, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

## **16. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

**16.1.** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

**16.1.1.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue, sob protocolo, à Coordenação de Suprimentos na qual será atestada pelo servidor responsável pelo recebimento, e posteriormente encaminhado à Gerência de Execução Orçamentária e Financeira para providências pertinentes ao pagamento;

**16.1.2.** Para que seja efetuado o devido pagamento os produtos deste Termo de Referência deverá ter sido entregue/prestado conforme o solicitado e de acordo com as especificações técnicas descritas.

**16.2.** Para efetivação do pagamento deverá ser apresentado junto a Nota Fiscal/Fatura às certidões de regularidade da Contratada – Certidões Negativa de Débitos com o INSS, FGTS, CNDT, Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e CADIN Estadual.

**16.3.** Em caso de irregularidade fiscal, a Contratante notificará a Contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período.

**16.3.1.** Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da Contratada, ou apresentação de defesa aceita pela Contratante, estes fatos, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula do edital, e estará o Contrato e/ou outro documento equivalente passível de rescisão e a adjudicatária sujeita às sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.

**16.4.** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item 14.1, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, após a ratificação pelo gestor do contrato como motivação para rejeição da Nota Fiscal.

**16.5.** A devolução de fatura não aprovada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social não servirá de motivo para que a ADJUDICATÁRIA suspenda o fornecimento dos produtos ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

**16.6.** A Nota Fiscal/Fatura será conferida e atestada pelo responsável designado para o acompanhamento e recebimento dos produtos.

**16.7.** O pagamento a ser efetuado à Contratada deverá obedecer à ordem cronológica de exigibilidade das obrigações estabelecidas pela a Contratante de acordo com o disposto no artigo 5º caput da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993 e suas alterações posteriores.

**16.8.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação a obrigação principal assumida via contrato ou documento similar.

**16.9.** Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o processo de pagamento ficará pendente, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus a Contratante.

**16.10.** Em caso de ocorrer atraso nos pagamentos das faturas, a CONTRATANTE corrigirá o valor a ser pago baseado na TR (taxa referencial), calculada a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao do vencimento da obrigação e, desde que solicitado pela Contratada.

## 17. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

**17.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**17.2.** O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato conforme cronograma disponível no item **8. PRAZO DE ENTREGA**, podendo ser prorrogado por igual período até a conclusão da Instalação.

**17.3.** A Contratada é permanentemente responsável por manter a garantia dos serviços constante neste Termo de Referência, para preservação e perfeita operacionalização do dispositivo, de modo a assegurar a integridade e a máxima disponibilidade dos dados e serviços.

**17.4.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, que anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, em atendimento ao Artigo 67 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

## 18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**18.1.** A Contratada deverá apresentar:

**18.1.1.** Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, atualizado, da empresa e de seu(s) Responsável(eis) Técnico(s);

**18.1.2.** Comprovação de vínculo profissional do responsável técnico com a empresa;

**18.1.2.1.** A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho.

**18.1.3.** A licitante deverá apresentar para fins de qualificação técnica, no mínimo **01 (um) atestado/declaração** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já prestou ou está prestando, **satisfatoriamente**, o objeto desta licitação (item 02 deste Termo de Referência). O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante e o nome do responsável pelo mesmo que ateste haver a licitante prestado ou estar prestando serviços compatíveis ou equivalente. (Poderão ser feitas diligências no sentido de atestar a veracidade dos atestados apresentados).

## 19. SUBCONTRATAÇÃO

**19.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 20. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

**20.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 21. PENALIDADES

**21.1.** Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

**21.1.1.** Não assinar o contrato;

**21.1.2.** Não entregar a documentação exigida no edital;

**21.1.3.** Apresentar documentação falsa;

**21.1.4.** Causar o atraso na execução do objeto;

**21.1.5.** Não manter a proposta;

**21.1.6.** Falhar na execução do contrato;

**21.1.7.** Fraudar a execução do contrato;

**21.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo;

**21.1.9.** Declarar informações falsas;

**21.1.10. Cometer fraude fiscal.**

**21.2.** As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

**21.3.** A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração deverão ser graduados pelos seguintes prazos:

**21.3.1.** 6 (seis) meses, nos casos de aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração, bem como alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida;

**21.3.2.** 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens;

**21.3.3.** 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada, paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual, sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

**21.4.** A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

**21.4.1.** 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

**21.4.2.** 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

**21.4.3.** 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

**21.5.** Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**21.6.** As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR.

**21.7.** As sanções descritas no *caput* deste artigo também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

**21.8.** A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**21.9.** Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita ainda às penalidades previstas na Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

**ANEXO II**  
**CARTA PROPOSTA (MODELO)**

(A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado)

Ao Pregoeiro da GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023	Data Abertura:	Hora:
Local:	Processo nº:	
Nome da Empresa:	Razão Social:	
Endereço da Empresa:	CNPJ nº:	
Telefone:	Fax:	
Nome do Responsável Legal:	CPF:	
RG: Órgão Exp.:	End. Residencial:	
Telefone:	Fax:	Cel:
Nº da conta corrente:	Agência:	Banco:
OPTANTE PELO SIMPLES? Sim- ( ) Não- ( )		
CONVÊNIO ICMS? Sim- ( ) Não- ( )		

Item Nº	Especificação	Marca/Modelo (se for o caso)	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1					
<b>Valor Total _____:</b>					

Obs.: informar os valores por aplicação e total com e sem ICMS (caso aplicável).

VALOR TOTAL DO ITEM\_\_ COM ICMS R\$: \_\_\_\_\_

VALOR TOTAL DO ITEM\_\_ SEM ICMS R\$: \_\_\_\_\_

Obs.: Preço unitário e total por extenso.

- Informar no que couber, a alíquota do ICMS.

\* Declaro que nesta Proposta de Preços observou-se a aplicação do inciso XCI do artigo 6º do Anexo IX do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE), revigorado pelo artigo 3º do Decreto Estadual nº 7.569/2012, que trata da isenção do ICMS nas operações e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual, ficando mantido o crédito (Convênio ICMS 26/03).

\*\* As empresas sediadas no Estado de Goiás, beneficiadas pelo art. 8º, inc. VIII do RCTE – Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (Decreto nº 4.852/1997), deverão declarar-se beneficiárias deste dispositivo legal, devendo demonstrar na memória de cálculo da desoneração do ICMS, o desconto equivalente ao seu benefício, o qual deverá ser expressamente comprovado no momento da apresentação da proposta.

\*\*\* Declaro que nesta Proposta de Preços estão inclusos todos os demais tributos, encargos sociais e trabalhistas, custos diretos e indiretos, embalagens, seguro, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente aquisição e/ou serviço e que estou de acordo com todas as normas pertinentes à matéria.

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital, apresentamos a nossa Proposta Comercial para fornecimentos dos produtos/equipamentos, objeto da presente licitação, cabendo esclarecer que:

Na proposta estão inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: mão-de-obra, tributos, abatimentos e/ou descontos, encargos (sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e de ordem de classe, etc.) taxas, custos de transporte de entrega, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução completa dos serviços discriminados no edital e seus Anexos.

Os materiais/produtos são de primeira qualidade e esta em conformidade com o solicitado no Anexo I deste instrumento.

Executaremos o fornecimento no local e condições estabelecidas no Termo de Referência Anexo I deste instrumento.

Temos conhecimento e acatamos todos os termos do edital.

Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

Localidade, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_ (assinatura)\_\_\_

Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidora.

### ANEXO III

#### Modelo de Declaração

#### DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio de seu representante legal Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF/MF nº.....DECLARA:

1º) Para fins de atender ao preceito incerto no Inciso V, do Artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega, em qualquer trabalho, menor de 16 (dezesseis) anos. (Ressalva: informar, caso empregue, menor com idade a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz).

2º) Sob as penas cabíveis, que possui todos os requisitos exigidos no Edital de Pregão Eletrônico Nº 025/2023, objeto do Processo nº 202310319003339, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal.

3º) Sob as penas cabíveis, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no item 3.4 do Edital de Pregão Eletrônico Nº 025/2023.

4º) Estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital de Pregão Eletrônico Nº 025/2023, ensejará aplicação de penalidade a Declarante.

5º) Tem ciência e acata todos as cláusulas do edital.

6º) DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que os objetos/serviços constantes de sua proposta atendem na totalidade as especificações e condições mínimas constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico Nº 025/2023.

7º) DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.





**5.7. Solda:** Interna e externa, qualificada na norma AWS A 5.18, para processo semi-automático (solda-mig) utilizando arames sólidos e cobreados, AWWA-D 100/96 para tanques soldados para armazenamento de água.

**5.8. Testes e Ensaios:** Teste Líquido penetrante nos cruzamentos críticos de soldas, medição de espessura seca de camada de tinta.

**5.9. Garantia:** Garantia contra defeitos de fabricação de 05 anos para reservatório e 02 anos para pintura.

**5.10. Escopo de Fornecimento:** Os reservatórios a serem adquiridos serão instalados em substituição dos reservatórios no Centro de Atendimento Socioeducativo de Luziânia e Centro de Atendimento Socioeducativo de Goiânia. Caberá ao Fornecedor: Todo o material para a perfeita construção mecânica do reservatório; Todo o ferramental e equipamentos para a construção do mesmo; Instalação e montagem do reservatório sobre a fundação. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do projeto, fabricação e montagem; Entrega e instalação do reservatório nas cidades supracitadas; Todos os equipamentos e suplementos necessários para a instalação do reservatório na base, incluindo ferragens, soldas, furações, elementos hidráulicos para conexão e demais itens que vierem a ser necessários; Bem como retirar o reservatório antigo da base e dar destino de acordo com a legislação ambiental.

## 6. UNIDADE INTERESSADA/RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

6.1. Coordenação de Suprimentos.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 7.1. Disposições Gerais:

7.1.1. O objeto a ser adquirido deverá ser de ótima qualidade.

7.1.2. À Contratante reserva-se o direito solicitar, caso haja necessidade, documentos que possam comprovar a qualidade dos bens produzidos e materiais adquiridos.

7.1.3. À Contratante reserva-se o direito de não aceitar objeto cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou que esteja deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação.

7.1.4. A qualquer tempo e a critério do órgão, os objetos recebidos poderão ser submetidos à análise para controle de qualidade por laboratório oficial especializado, que emitirá laudo de análise atestando as condições do objeto.

7.1.5. O objeto deverá ser entregue na mesma marca indicada na proposta de preços vencedora do certame, conforme as especificações deste Termo de Referência.

7.1.6. O objeto entregue deverá ser novo e original, não se admitindo em hipótese alguma o fornecimento de alternativo, recondicionado ou recuperado, estando adequadamente embalado de forma a preservar suas características originais.

7.1.7. O objeto entregue deverá atender às especificações técnicas exigidas e obedecer rigorosamente:

7.1.7.1. Às normas da ANVISA, INMETRO, quando for o caso, e demais órgãos regularizadores do objeto em tela, conforme especificação e necessidade de cada material;

7.1.7.2. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;

7.1.7.3. Às prescrições e recomendações dos fabricantes.

7.1.8. O fornecedor deverá entregar os itens de maneira que seja possível conferir, separadamente, de forma que facilite a contagem e controle dos mesmos.

7.1.9. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.1.10. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

### 7.2. Projeto dos Reservatórios:

7.2.1. O projeto do reservatório deverá conter todos os dados referentes à estrutura, material utilizado, tipo de solda empregada, dimensões, sistemas hidráulico, acessórios e dispositivos de segurança, a fim de fornecer informações técnicas com qualidade e confiabilidade do objeto a ser adquirido pela Contratante, observando aos critérios e normas vigentes para a elaboração do projeto.

7.2.2. A Contratada também deverá fornecer os memoriais de cálculo referente ao projeto do reservatório, contendo em seu teor a metodologia de cálculo adotada e os cálculos estruturais, que deverão ser descritos de maneira organizada, clara e objetiva, observando-se as normas para a elaboração do mesmo.

### 7.3. Critérios Técnicos da Base de Fundação dos Reservatórios:

7.3.1 A Contratada deverá fornecer o projeto executivo da base de fundação do respectivo reservatório objeto do presente termo. A base deverá ser em concreto armado e seu projeto deverá conter nível satisfatório de detalhamento, obedecendo às normas vigentes que regulamentem a matéria. Também deverá ser fornecido o memorial de cálculo da base, assim como, o quantitativo dos materiais necessários para a sua execução.

7.3.2 O memorial de cálculo referente ao projeto da base de fundação do reservatório deverá conter em seu teor, a metodologia de cálculo adotada e os cálculos estruturais, onde estes deverão ser descritos de maneira organizada, clara e objetiva, observando-se as normas para a elaboração do mesmo.

7.3.3 O quantitativo dos materiais referente ao projeto da base poderá ser fornecido em forma de planilha ou relatório detalhado, contendo em seu teor, as especificações dos materiais a serem utilizados e a quantidade.

### 7.4. Garantia e Responsabilidade Técnica:

7.4.1 Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento de termo de garantia referente ao reservatório fornecido no objeto, que deverá cobrir o tempo mínimo nas condições estabelecidas no item 10.1 do presente termo de referência.

7.4.2 Serão de inteira responsabilidade técnica da Contratada a emissão e fornecimento das anotações de responsabilidades técnicas (ART) de todos os projetos fornecidos (base e reservatório), sendo a mesma responsável pelo projeto e execução.

### 7.5. Instalação dos Reservatórios:

7.5.1 Será de responsabilidade da Contratada responsável pelo fornecimento do reservatório objeto da presente licitação, a entrega e instalação do mesmo em sua respectiva base, sendo assim, todos os custos referentes ao transporte, insumos, equipamentos e mão de obra relativa aos serviços necessários a sua instalação, deverão estar contemplados no custo incluso no certame.

## 8. PRAZO DE ENTREGA

**8.1.** A previsão de entrega total dos objetos é de no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, conforme cronograma apresentado abaixo.

Cronograma	Dia 01	10 dias	Em até 20 dias*	30 dias	30 dias	30 dias
Assinatura do Instrumento contratual						
Entrega do projeto de fundação e do projeto de reservatório com ART						
Emissão de Ordem de Fornecimento						
Execução da fundação do reservatório						
Retirada do reservatório antigo com destinação final						
Instalação do novo reservatório						
Testes de estanqueidade						
Recebimento						

\*OBS: Considerando a complexidade das atividades internas realizadas nos Centros de Atendimento Socioeducativo, julga-se firmar o instrumento contratual com prazo inserido para abranger tempo que possa vir a ser razoável para a logística interna da unidade.

**8.2.** O prazo fixado para entrega dos objetos contratados poderá, mediante solicitação escrita da contratada e a exclusivo critério da SEDS, ser prorrogado, estabelecendo-se que:

**8.2.1.** Caso se veja impossibilitado de cumprir o prazo estipulado para a entrega dos objetos, a contratada deverá apresentar a SEDS, antes da data de vencimento inicialmente fixada, pedido de prorrogação de prazo, acompanhado de justificativa devidamente fundamentada com os impeditivos de seu cumprimento;

**8.2.2.** O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo de entrega deverá ser encaminhado a Coordenação de Suprimentos, ficando a critério dos funcionários designados para fiscalizar o acompanhamento do objeto em tela acolher ou não o requerimento da contratada;

**8.2.3.** Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os objetos requisitados tenham sido entregues, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a contratada sujeita às penalidades previstas no Termo de Referência e/ou Edital e anexos do respectivo certame.

**8.3.** Após a entrega e instalação dos reservatórios a Contratante realizará o teste de estanqueidade, a fim de verificar se há vazamentos e detectar possíveis falhas no produto fornecido, tal teste terá duração de 30 dias, e se detectados vazamentos entre outras falhas no reservatório durante o teste, a Contratada será notificada e terá um prazo de 30 dias após o recebimento da notificação para realizar o reparo ou substituição do mesmo.

**8.4.** A descarga dos objetos e a instalação dos mesmos no local de entrega deverá ser feita por funcionários da empresa Contratada, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários ao trabalho orientados durante a entrega dos materiais por um servidor da Contratante.

## 9. LOCAL DE ENTREGA

**9.1.** O objeto será entregue em sua totalidade, de acordo com as especificações deste Termo de Referência nas seguintes condições:

**9.1.1.** Após agendamento e autorização prévia da SEDS;

**9.1.2.** Uma unidade no Centro de Atendimento Socioeducativo de Goiânia, localizado na Avenida Moisés Augusto Santana, Lote 01/21, Conjunto Vera Cruz, Goiânia - GO;

**9.1.3.** Uma unidade no Centro de Atendimento Socioeducativo de Luziânia, localizado na Rua Epaminondas Roriz, nº 100, Setor Fumal, Luziânia - GO;

**9.1.4.** No horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, em dias úteis, de 2ª a 6ª feira.

## 10. CONDIÇÕES DE GARANTIA

**10.1.** A Contratada deverá fornecer a Contratante, no ato do fornecimento dos reservatórios, termo de garantia contemplando a seguinte cobertura:

**10.1.1.** Garantia estrutural dos reservatórios por um prazo mínimo de 05 (cinco) anos, responsabilizando-se durante a vigência da garantia, por todos os custos inerentes a necessidades de reparos, correções de falhas estruturais e até mesmo a substituição do reservatório que apresentar problemas ou defeitos durante o período, sendo que qualquer ação adotada não deverá em hipótese alguma gerar ônus a contratante.

**10.1.1.1.** Na condição de garantia estrutural, estão incluídos aspectos relacionados à solidez e integridade da estrutura dos reservatórios de água tipo taça. Isso abrange problemas como trincas e desaprumos, que são potenciais defeitos que podem afetar a estabilidade e a funcionalidade do reservatório. A garantia estrutural garante que, durante o período estabelecido no contrato, quaisquer trincas significativas ou desaprumos que comprometam a integridade do reservatório serão corrigidos pelo fornecedor, sem custo adicional para a parte adquirente.

**10.1.2.** Garantia de pintura e impermeabilização interna e pintura externa dos reservatórios por um prazo mínimo de 02 (dois) anos, responsabilizando-se durante a vigência da garantia, por todos os custos inerentes a necessidades de reparos e correções de falhas devido a problemas ou defeitos durante o período, sendo que qualquer ação adotada não deverá em hipótese alguma gerar ônus a contratante.

**10.1.2.1.** Internamente: A pintura interna do reservatório é essencial para conferir-lhe características impermeáveis. Isso significa que a camada de pintura aplicada no interior do reservatório impede a infiltração de água, evitando vazamentos que possam causar prejuízos e desperdício. Além disso, a pintura contribui para que a água armazenada permaneça livre de contaminantes, assegurando a qualidade e a potabilidade;

**10.1.2.2.** Proteção contra Oxidação e Agressões Químicas: A pintura interna também atua como uma barreira protetora contra a oxidação e agressões químicas. Esses reservatórios estão constantemente em contato com a água, e a pintura adequada ajuda a evitar a corrosão das superfícies internas, prolongando a vida útil do reservatório e mantendo a água em condições seguras para consumo;

**10.1.2.3.** Externamente: A pintura externa é essencial para proteger o reservatório contra corrosão causada por intempéries e exposição ao ambiente externo. A camada de tinta certa age como uma barreira contra a ação da chuva, vento, sol e outros fatores climáticos, prevenindo danos à estrutura do reservatório e preservando sua aparência;

**10.1.2.4.** Desplacamento da Camada de Pintura: O deslocamento da camada de pintura é uma preocupação, tanto interna quanto externamente. A garantia deve resguardar que qualquer deslocamento prematuro da pintura será tratado pelo fornecedor, evitando a exposição de áreas sem proteção.

## 11. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

**11.1.** O objeto será recebido por um servidor da Contratante para fiscalização e acompanhamento, visando, em ambos os casos, a conformidade daqueles com as especificações e quantidades estipuladas no Termo de Referência e/ou Edital de Licitação e seus anexos.

**11.2.** A Contratante efetuará o recebimento do objeto contratado, provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações, e definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto de acordo com o contrato.

**11.3.** Em caso de rejeição parcial ou total do objeto contratado, substituição ou demais hipóteses de descumprimento de outras obrigações contratuais, avaliadas na etapa de recebimento, sujeitarão a Contratada à aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**11.3.1.** A recusa do servidor responsável pelo recebimento do produto deve ser fundamentada.

#### **11.4. Recebimento Provisório:**

**11.4.1.** Os reservatórios serão considerados recebidos, provisoriamente, após a verificação da instalação dos mesmos pela fiscalização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

**11.4.2.** O recebimento provisório caberá ao servidor designado para acompanhamento e fiscalização do contrato decorrente desta proposição.

**11.4.3.** O objeto contratado será rejeitado caso esteja em desacordo com as especificações, devendo a Contratante apontar a ocorrência por escrito, detalhando as razões para deixar de emitir o Termo de Recebimento Definitivo e indicando as falhas e pendências verificadas.

**11.4.4.** O objeto rejeitado deverá ser substituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, quando se realizarão novamente as verificações de adequação e conformidade do material.

**11.4.5.** À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**11.4.6.** Caso a substituição não ocorra em até 15 (quinze) dias corridos, ou caso o novo lote também seja rejeitado, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas.

#### **11.5. Recebimento Definitivo:**

**11.5.1.** Os reservatórios serão considerados recebidos, definitivamente, após verificação da qualidade, quantidade e se os itens fornecidos atendem aos requisitos estabelecidos no contrato.

**11.5.2.** Uma vez verificado o correto funcionamento dos itens entregues, a SEDS efetuará o recebimento definitivo mediante emissão de termo circunstanciado em até 60 (sessenta) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

**11.5.3.** Ocorrendo problemas durante a execução do recebimento definitivo, os mesmos serão informados à Contratada, que deverá providenciar as correções cabíveis.

**11.5.4.** O recebimento definitivo caberá ao responsável da respectiva área contemplada pelo objeto entregue, um usuário chave da Gerência/Setor (definido pelo responsável da área) e ao gestor do contrato formalmente designado.

**11.5.5.** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do mesmo.

## **12. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

**12.1.** Adotar boas práticas de sustentabilidade no que couber e/ou quando for caso, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes; substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; racionalização do consumo de energia elétrica e de água.

**12.2.** A Contratada deverá aplicar como critérios de sustentabilidade ambiental para a execução do objeto licitado, em relação ao FABRICANTE, ao PRODUTOR ou ao FORNECEDOR, no que couber e/ou quanto for o caso:

**12.2.1.** A adoção de processos de extração, fabricação e utilização de produtos e matérias-primas de forma ambientalmente sustentável;

**12.2.2.** A deposição e o tratamento adequados de dejetos e resíduos da indústria, comércio ou construção civil, bem como da água utilizada;

**12.2.3.** A utilização de matéria-prima renovável, reciclável, biodegradável e atóxica;

**12.2.4.** A utilização de tecnologia e material que reduzam o impacto ambiental;

**12.2.5.** A recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis por essa Administração pública.

**12.2.6.** A comprovação de que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.

**12.3.** A contratada deverá fornecer bens que, no todo ou em parte, no que couber e/ou quanto for o caso:

**12.3.1.** Sejam construídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

**12.3.2.** Ofereçam menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**12.3.3.** Não contenham substâncias perigosas acima dos padrões tecnicamente recomendados por organismos nacionais ou internacionais;

**12.3.4.** Estejam acondicionados em embalagem adequada, feita com a utilização de material reciclável, com o menor volume possível;

**12.3.5.** Funcionem com baixo consumo de energia ou de água;

**12.3.6.** Sejam potencialmente menos agressivos ao meio ambiente ou que, em sua produção, signifiquem economia no consumo de recursos naturais;

**12.3.7.** Possuam certificação de procedência de produtos;

**12.3.8.** A comprovação dos requisitos citados acima poderá ser realizada por apresentação de declaração própria ou de certificação imita por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências de práticas de sustentabilidade ambiental.

**12.4.** Quando aplicável, sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

## **13. OBRIGAÇÕES E DEVERES DA CONTRATANTE**

**13.1.** Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratante:

**13.2.** Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do material.

**13.3.** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Termo de Referência.

**13.4.** Designar um representante ou comissão responsável pela fiscalização e acompanhamento da entrega dos objetos, o qual deverá registrando todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos objetos, determinando o que for necessário à regularização das falhas, faltas ou impropriedades observadas sem prejuízo da total responsabilidade da Contratada perante a Contratante ou para com terceiros, além de proceder o atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias:

**13.4.1.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**13.5.** Emissão da correspondente Nota de Empenho, bem como, assegurar os recursos orçamentários e financeiros para o fornecimento dos materiais, objeto da aquisição.

**13.6.** Efetuar o pagamento da empresa vencedora até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal e o aceite realizado pelo servidor responsável pelo recebimento definitivo.

**13.7.** Atestar a efetiva entrega do objeto contratado e o seu recebimento.

**13.8.** Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

**13.9.** Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

**13.10.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

**13.11.** Responsabilizar pela permissão de acesso dos funcionários e veículos da entidade contratada no referido local de fornecimento do produto objeto do feito.

**13.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **14. OBRIGAÇÕES E DEVERES DA CONTRATADA**

**14.1.** Além das obrigações legais e regulamentares, a Contratada obriga-se a:

**14.2.** Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da Contratante.

**14.3.** Entregar materiais conforme as especificações constantes deste Termo de Referência, cumprindo o prazo estabelecido.

**14.3.1.** Os materiais entregues deverão possuir rigorosamente a mesma especificação daqueles descritos no item 04, podendo suas medidas variar em, no máximo, 10% (dez) por cento daquelas dadas como referência, a critério da Administração e sem prejuízo à sua utilização.

**14.3.2.** Adotar cautelas especiais para o transporte, no que couber e/ou quando for o caso.

**14.3.3.** Entregar materiais acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

**14.3.4.** A entrega dos objetos deverá ocorrer por meio de embalagens originais intactas, apropriadas para armazenamento e garantindo a proteção contra deteriorações.

**14.4.** Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos materiais fornecidos, que deverão ser novos e de primeira qualidade.

**14.5.** Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Contratante, referentes às condições firmadas no Termo de Referência.

**14.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**14.7.** Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.

**14.8.** Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

**14.8.1.** Qualquer dano causado ao patrimônio da Contratante na entrega dos materiais será ressarcido pela Contratada, salvo justificativa comprovada, que deverão responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e da Nota de Empenho.

**14.9.** Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, transporte, taxas de frete ou seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome da Contratante.

**14.10.** Levar imediatamente ao conhecimento da Fiscalização da Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o fornecimento do objeto desta licitação, para adoção das medidas cabíveis, bem como comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer.

**14.11.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela SEDS, cujas reclamações se obrigam a atender.

**14.12.** Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.

**14.13.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Contratante:

**14.13.1.** Somente divulgar informações que envolvam o nome da Contratante, acerca do fornecimento do objeto desta licitação, mediante prévia e expressa autorização;

**14.13.2.** Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do fornecimento do objeto desta licitação, sem o consentimento, prévio e por escrito, da Contratante.

**14.14.** Instruir seus colaboradores quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso.

**14.15.** Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível e sem rasuras.

**14.16.** Manter, durante toda o fornecimento do objeto desta licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

**14.17.** Não transferir a outrem, caucionar ou utilizar o objeto contratado para qualquer outra operação financeira, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante, sob pena de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

**14.18.** Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como pelo custo de frete na entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento dos produtos vendidos.

**14.19.** Responsabilizar-se pelas despesas com transporte e alimentação de seus empregados, nos termos da legislação vigente.

**14.20.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na aquisição do objeto em tela, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

**14.21.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**14.22.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º, do Artigo 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

**14.23.** A contratada deverá observar o cumprimento de todos os prazos, condições exigidas, datas, horários estabelecidos.

**14.24.** A contratada deverá observar às normas de acondicionamento e transporte dos produtos objetos dessa aquisição.

**14.25.** Providenciar o atendimento, caso houver, das diligências necessárias pela liquidação da Nota Nota Fiscal/Fatura, e, submeter-se à fiscalização e Gestão a ser realizada pelo Gestor e Fiscal indicado pela contratante.

**14.26.** Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à entrega dos produtos adquiridos, pagando os emolumentos prescritos em lei.

**14.27.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa sobre todo e qualquer assunto de interesse da Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão do fornecimento do objeto licitado.

**14.28.** Comunicar à Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas para a entrega dos produtos, bem como a iminência de fatos que possam prejudicar o perfeito fornecimento do objeto licitado.

**14.29.** Independentemente de qualquer superveniência, manter a qualidade dos produtos, conforme disposição contratual firmada, solucionando, imediatamente, quaisquer problemas que impeçam ou dificultem o cumprimento do presente objeto licitado.

**14.30.** Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto licitado.

**14.31.** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Contratante e/ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**14.32.** Indicar endereço de correspondência eletrônica e responsabilizar-se pelo conhecimento das comunicações que porventura forem encaminhadas para Contratada.

**14.33.** Submeter-se à fiscalização da Contratante que, por intermédio do gestor do Contrato, acompanhará a entrega dos produtos, orientando, fiscalizando e intervindo no seu exclusivo interesse, a fim de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas, comunicando à Contratante quaisquer irregularidades detectadas durante a entrega dos produtos.

**14.34.** Responsabilizar-se pelo conhecimento das comunicações que porventura forem encaminhadas para Contratante e providenciar com as diligências necessárias pela liquidação da Nota Nota Fiscal/Fatura.

## **15. FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO OBJETO**

**15.1.** A fiscalização e gerenciamento do objeto pela Contratante será exercida por servidor designado para tal finalidade, nos termos do Artigo 67, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**15.2.** A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante, de conformidade com o Artigo 70, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

**15.3.** O(s) gestor(es) designado(s) receberá(ão) o(s) material(is), cabendo-lhe:

**15.3.1.** A conferência qualitativa e quantitativa do(s) material(is), recusando-o(s) caso não esteja dentro dos limites das especificações técnicas deste Termo de Referência;

**15.3.2.** Proceder de forma criteriosa ao seu recebimento e guarda;

**15.3.3.** Prestar a Contratada qualquer tipo de esclarecimento quanto à identificação, quantidade ou qualidade do(s) material(is).

**15.4.** A Contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

**15.5.** A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, dentre outros.

**15.6.** Cabe ao Gestor do contrato fiscalizar, acompanhar e verificar sua perfeita execução, em todas as fases, até o recebimento do objeto, competindo-lhe, primordialmente, sob pena de responsabilidade:

**15.6.1.** Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à entrega do objeto, inclusive com a juntada de documentos, em ordem cronológica, necessários ao bom acompanhamento do processo, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados com estabelecimento de prazo para a solução;

**15.6.2.** Transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos, cronogramas de entrega e especificações do projeto, quando for o caso e após autorização expressa da autoridade superior;

**15.6.3.** Dar imediata ciência formal a seus superiores dos incidentes e das ocorrências da entrega que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

**15.6.4.** Adotar as providências necessárias para a regular entrega do objeto;

**15.6.5.** Promover, com a presença de representante do contratado, a medição da entrega já efetuadas, atestando as notas fiscais/faturas ou outros documentos hábeis e emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

**15.6.6.** Manter controle dos pagamentos efetuados e dos saldos orçamentário, físico e financeiro do contrato;

**15.6.7.** Verificar a qualidade dos materiais, podendo exigir sua substituição ou refazimento, quando não atenderem aos termos do que foi contratado;

**15.6.8.** Esclarecer prontamente as dúvidas do contratado, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;

**15.6.9.** Acompanhar e controlar os prazos constantes do ajuste, mantendo interlocução com o fornecedor e/ou prestador quanto aos limites temporais do contrato;

**15.6.10.** Manifiestar-se por escrito às unidades responsáveis a respeito da necessidade de adoção de providências visando à prorrogação do prazo contratual, antecipadamente ao término de sua vigência, observados os prazos exigíveis para cada situação, nunca inferiores a 60 (sessenta) dias;

**15.6.11.** Manifiestar-se por escrito às unidades responsáveis, acerca da necessidade de adoção de providências visando à deflagração de novo procedimento licitatório, antecipadamente ao término da vigência contratual, observadas as peculiaridades de cada objeto e os prazos exigíveis para cada situação, nunca inferiores a 120 (cento e vinte) dias;

**15.6.12.** Observar se as exigências do edital e do contrato foram atendidas em sua integralidade;

**15.6.13.** Fiscalizar a obrigação do contratado e do subcontratado, se houver, de manter, durante toda a fornecimento da entrega, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

## **16. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

**16.1.** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

**16.1.1.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue, sob protocolo, à Coordenação de Suprimentos na qual será atestada pelo servidor responsável pelo recebimento, e posteriormente encaminhado à Gerência de Execução Orçamentária e Financeira para providências pertinentes ao pagamento;

**16.1.2.** Para que seja efetuado o devido pagamento os produtos deste Termo de Referência deverá ter sido entregue/prestado conforme o solicitado e de acordo com as especificações técnicas descritas.

**16.2.** Para efetivação do pagamento deverá ser apresentado junto a Nota Fiscal/Fatura às certidões de regularidade da Contratada – Certidões Negativa de Débitos com o INSS, FGTS, CNDT, Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e CADIN Estadual.

**16.3.** Em caso de irregularidade fiscal, a Contratante notificará a Contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período.

**16.3.1.** Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da Contratada, ou apresentação de defesa aceita pela Contratante, estes fatos, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula do edital, e estará o Contrato e/ou outro documento equivalente passível de rescisão e a adjudicatária sujeita às sanções administrativas previstas no Termo de Referência.

**16.4.** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item 14.1, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, após a ratificação pelo gestor do contrato como motivação para rejeição da Nota Fiscal.

**16.5.** A devolução de fatura não aprovada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social não servirá de motivo para que a ADJUDICATÁRIA suspenda o fornecimento dos produtos ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

**16.6.** A Nota Fiscal/Fatura será conferida e atestada pelo responsável designado para o acompanhamento e recebimento dos produtos.

**16.7.** O pagamento a ser efetuado à Contratada deverá obedecer à ordem cronológica de exigibilidade das obrigações estabelecidas pela a Contratante de acordo com o disposto no artigo 5º caput da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993 e suas alterações posteriores.

**16.8.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação a obrigação principal assumida via contrato ou documento similar.

**16.9.** Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o processo de pagamento ficará pendente, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus a Contratante.

**16.10.** Em caso de ocorrer atraso nos pagamentos das faturas, a CONTRATANTE corrigirá o valor a ser pago baseado na TR (taxa referencial), calculada a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao do vencimento da obrigação e, desde que solicitado pela Contratada.

## **17. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO**

**17.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**17.2.** O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato conforme cronograma disponível no item **8. PRAZO DE ENTREGA**, podendo ser prorrogado por igual período até a conclusão da Instalação.

**17.3.** A Contratada é permanentemente responsável por manter a garantia dos serviços constante no Termo de Referência, para preservação e perfeita operacionalização do dispositivo, de modo a assegurar a integridade e a máxima disponibilidade dos dados e serviços.

**17.4.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, que anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, em atendimento ao Artigo 67 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

## **18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**18.1.** A Contratada deverá apresentar:

**18.1.1.** Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, atualizado, da empresa e de seu(s) Responsável(eis) Técnico(s);

**18.1.2.** Comprovação de vínculo profissional do responsável técnico com a empresa;

**18.1.2.1.** A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho.

**18.1.3.** Atestado de Capacidade Técnica, referente às condições de fabricação, execução e fornecimento do objeto (reservatório metálico).

## **19. SUBCONTRATAÇÃO**

**19.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **20. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**20.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **21. PENALIDADES**

**21.1.** Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado e será descredenciado no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

**21.1.1.1.** Não assinar o contrato;

**21.1.1.2.** Não entregar a documentação exigida no edital;

**21.1.1.3.** Apresentar documentação falsa;

**21.1.1.4.** Causar o atraso na execução do objeto;

**21.1.1.5.** Não manter a proposta;

**21.1.1.6.** Falhar na execução do contrato;

**21.1.1.7.** Fraudar a execução do contrato;

**21.1.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo;

**21.1.1.9.** Declarar informações falsas;

**21.1.1.10.** Cometer fraude fiscal.

**21.2.** As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

**21.3.** A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração deverão ser graduados pelos seguintes prazos:

**21.3.1.** 6 (seis) meses, nos casos de aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração, bem como alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida;

**21.3.2.** 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens;

**21.3.3.** 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada, paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual, sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

**21.4.** A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

**21.4.1.** 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

**21.4.2.** 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

**21.4.3.** 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

**21.5.** Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**21.6.** As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR.

**21.7.** As sanções descritas no *caput* deste artigo também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

**21.8.** A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**21.9.** Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita ainda às penalidades previstas na Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

**22.1.** A rescisão do presente contrato poderá ser:

**22.1.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

**22.1.2.** Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

**22.1.3.** Judicial, nos termos da legislação.

**22.2.** A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Na hipótese de rescisão serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

**23.1.** Caberá ao CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Contrato, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO**

**24.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas nas Varas da Fazenda Pública do Estado de Goiás, de acordo com o estabelecido pelo art. 30 da Lei de Organização Judiciária do Estado de Goiás (Lei 9.129/81), competência exclusiva sobre qualquer controvérsia resultante da mesma.

**24.2.** E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes da parte, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

**24.3.** Fica desde já estipulado que os conflitos que possam surgir relativamente ao futuro ajuste serão submetidos à arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96 e da Lei Complementar Estadual nº 144/2018, elegendo para seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos.

Pela CONTRATANTE:

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social.

Pelo CONTRATADO:

Representante Legal

#### ANEXO

1) Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes, deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA SEI/GOVERNADORIA.

2) A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114/2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

3) A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

4) O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

5) A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

6) Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

7) A sentença arbitral será, em regra, de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, excepcionadas as hipóteses legais de sigilo.

8) As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetar a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral."

Pela CONTRATANTE:

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social.

Pelo CONTRATADO:

Representante Legal

GOIANIA, 02 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO MENDONCA VALADAO, Gerente**, em 02/10/2023, às 16:28, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **52337424** e o código CRC **6AC0B770**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS  
(62) 3201 - 5342 — LICITACAO.SEDS@GOIAS.GOV.BR  
PRAÇA DOUTOR PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 332, S/C — BAIRRO SETOR CENTRAL — GOIÂNIA — GO — CEP 74003-010



Referência: Processo nº 202310319003339



SEI 52337424